



**Universidade Federal do Rio Grande**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental**  
**Mestrado em Educação Ambiental**

**Anderson Pires de Souza**

**OLHARES SOBRE OS PROCESSOS DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL,  
JUNTO AOS MORADORES REASSENTADOS NOS CONJUNTOS  
RESIDENCIAIS GETÚLIO VARGAS I E II NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO  
AMBIENTAL TRANSFORMADORA**

**Rio Grande / RS**

**2018**

**ANDERSON PIRES DE SOUZA**

**OLHARES SOBRE OS PROCESSOS DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL, JUNTO  
AOS MORADORES REASSENTADOS NOS CONJUNTOS RESIDENCIAIS  
GETÚLIO VARGAS I E II NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
TRANSFORMADORA**

Dissertação de mestrado apresentada para a obtenção do título de Mestre em Educação Ambiental à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal de Rio Grande – PPGEA/FURG.

Orientador: **Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lúcia de Fátima Socowski de Anello**

**RIO GRANDE / RS**

**2018**

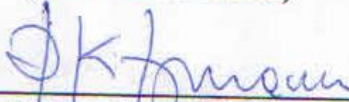
**Anderson Pires de Souza**

*“Olhares sobre os processos do Trabalho Técnico Social, junto aos moradores reassentados nos conjuntos residenciais Getúlio Vargas I e II na perspectiva da Educação Ambiental”*

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:




Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lúcia de Fatima Socoowski de Anello  
(PPGEA/FURG)



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dione Iara Silveira Kitzmann  
(PPGEA/FURG)



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Odete da Rosa Pereira  
(FURG)



Dr.<sup>a</sup> Danieli Veleda Moura

## Ficha catalográfica

S729o Souza, Anderson Pires de.  
Olhares sobre os processos do trabalho técnico social, junto aos moradores reassentados nos conjuntos residenciais Getúlio Vargas I e II na perspectiva da educação ambiental transformadora / Anderson Pires de Souza. – 2018.  
100p.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande –  
FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental,  
Rio Grande/RS, 2018.

Orientador: Dra. Lúcia de Fátima Socoowski de Anello.

1. Educação Ambiental 2. Trabalho Técnico Social 3. Moradores Reassentados dos Conjuntos Residências Getúlio Vargas I e II I. Anello, Lúcia de Fátima Socoowski de II. Título.

CDU 504:37

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha avó materna (in memoriam) Lígia Fonseca Pires, e minha tia Teresinha Fonseca Pires, duas mulheres lutadoras. Minha tia, há 45 anos, busca a regulamentação fundiária da área que ocupa pós reassentamento da década de 70.

Aos moradores do bairro Getúlio Vargas, em especial aos dos Residenciais Getúlio Vargas I e II, protagonistas deste trabalho.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria de Fátima Santos da Silva, pelo apoio, incentivo e também por suas valiosas contribuições para o meu ingresso na seleção deste programa.

A meu querido e amado pai, Sandersão de Souza (in memoriam) por sempre acreditar em minha capacidade de superação. A ti, minha saudade e meu amor eterno.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Capes pela oportunidade de desfrutar de uma bolsa nos passos iniciais deste trabalho.

A minha querida orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lúcia de Fátima Socoowski de Anello, pelo apoio intelectual, paciência e compreensão ao longo desta caminhada.

A minha querida diretora e coordenadora do Trabalho Técnico Social – PAC BGV – Prof<sup>a</sup>. MSc<sup>a</sup>. Débora Medeiros do Amaral, pela brilhante condução deste árduo trabalho e pelo apoio intelectual e afetivo.

A minha querida colega doutoranda Thaís Gonçalves Saggiomo, pelo apoio, conselhos e parceria no decorrer desta pesquisa.

*“Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a serenidade. ”*

*(Paulo Freire)*

## RESUMO

O presente projeto de pesquisa, para elaboração da dissertação, aborda o processo de expansão portuária e o impacto do mesmo sobre a população moradora do Bairro Getúlio Vargas, conhecida popularmente como BGV, bairro, este, periférico, localizado no entorno do Porto Novo do Rio Grande no município de Rio Grande - RS/Brasil.

O foco da pesquisa parte do processo de reassentamento de 290 famílias que ocupavam as adjacências do Pátio Automotivo do Porto Novo do Rio Grande e que foram distribuídas em dois condomínios. Sendo, 220 famílias no Residencial Getúlio Vargas I e 180 famílias no Residencial Getúlio Vargas II.

Por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Intervenção de Favelas do Governo Federal junto aos recursos financeiros da Caixa Econômica Federal e com relevância nos processos educativos, está em desenvolvimento junto a essa comunidade o Trabalho Técnico Social denominado (TTS-PAC BGV).

Em vista disso, analisou-se esse processo por meio da teoria relacionada à Educação Ambiental Emancipatória e transformadora, linha teórica que busca analisar como os grupos sociais desfavorecidos ou que vivem em condições de vulnerabilidade encontram estratégias de superação ou de mitigação da sua situação de desigualdade social.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental. Trabalho Técnico Social. Moradores Reassentados dos conjuntos Residências Getúlio Vargas I e II.



## **ABSTRACT**

The present research project for the preparation of the dissertation discusses the process of port expansion and the impact of it on the population resident in the neighborhood Getúlio Vargas, popularly known as BGV, this neighborhood, located in the peripheral surroundings of Porto Novo Rio Grande in the municipality of Rio Grande-RS/Brazil.

The focus of the research part of the process of resettlement of 290 families occupying the neighbourhoods of the courtyard of the New Port of Automotive Rio Grande and that were distributed in two condos. Being, 220 families in Accommodation Getúlio Vargas I and 180 families in Accommodation Getúlio Vargas II.

Through the growth acceleration program (PAC)-slum Intervention of the Federal Government with the financial resources of the Caixa Econômica Federal and with relevance in educational processes, is in development with this community the Social technical work named (TTS-PAC BGV).

In view of this, we analyzed this process through the theory related to Education.

**Keywords:** Environmental Education. Social Technical Work.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Entrevista Sujeito A / 38 anos.....	57
QUADRO 2 – Entrevista Sujeito B / 16 Anos .....	65
QUADRO 3 – Entrevista Sujeito C / 33 Anos .....	66
QUADRO 4 – Entrevista Sujeito D / 48 Anos .....	69
QUADRO 5 – Entrevista Sujeito E / 75 Anos .....	70
QUADRO 6 – Entrevista Sujeito F / 19 Anos.....	71
QUADRO 7 – Entrevista Sujeito G / 29 Anos.....	71
QUADRO 8 – Entrevista Sujeito H / 46 Anos .....	73
QUADRO 9 – Entrevista Sujeito I / 26 Anos.....	74
QUADRO 10 – Entrevista Sujeito J / 39 Anos .....	75

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Sexo do entrevistado .....	54
TABELA 2 – Estado Civil.....	55
TABELA 3 – Renda familiar per capita.....	55
TABELA 4 – Perfil social dos moradores .....	80
TABELA 5 – Perfil econômico dos moradores .....	80
TABELA 6 – Reclamações quanto a problemas do condomínio .....	81
TABELA 7 – Reclamações quanto à infraestrutura dos apartamentos .....	81
TABELA 8 – Análise das entrevistas dos moradores .....	82

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
METODOLOGIA DA PESQUISA E O PAPEL DO PESQUISADOR .....	19
MEMORIAL: RELAÇÃO DO PESQUISADOR COM O PROJETO DE PESQUISA.....	20
A CONSTITUIÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL NA REALIZAÇÃO DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL.....	22
<b>1. TRABALHO TÉCNICO SOCIAL LIMITES E POSSIBILIDADES: UM ESTUDO DE CASO DO PROCESSO DE REASSENTAMENTO DAS FAMÍLIAS DO BAIRRO GETÚLIO VARGAS .....</b>	<b>28</b>
1.1 O BAIRRO GETÚLIO VARGAS E SUA HISTÓRIA.....	28
1.1.1. O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL E A REALIDADE DA COMUNIDADE BGV .....	29
1.3. TRABALHO TÉCNICO SOCIAL OU TRABALHO EDUCATIVO SOCIAL? .....	34
<b>2. O PROCESSO DE EXPANSÃO PORTUÁRIA E A QUESTÃO DO BGV: UM EXEMPLO DE PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL E A INTERVENÇÃO DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL: SOLUÇÃO OU MEDIAÇÃO DE CONFLITOS? .....</b>	<b>39</b>
2.1. A EXPANSÃO PORTUÁRIA E O CASO DE CONSTRUÇÃO DE MORADIAS NO BAIRRO BGV: UM ESTUDO DE CASO ONDE A INTERVENÇÃO DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL FOI REALIZADA .....	39
2.2. O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NA COMUNIDADE DO BGV: A ARTICULAÇÃO COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL POPULAR E EMANCIPATÓRIA .....	43
2.3. O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL: PERSPECTIVAS TEÓRICO/METODOLÓGICAS NO PROCESSO DE REASSENTAMENTO DAS FAMÍLIAS NO BAIRRO GETÚLIO VARGAS .....	45
2.4. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL: UM ENCONTRO COM A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO E COM OS CADERNOS DO CÁRCERE .....	47
<b>3. HEGEMONIAS E CONTRA-HEGEMONIA O PROCESSO DE ATUAÇÃO DOS MORADORES DO BGV PÓS-OCUPAÇÃO DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL .....</b>	<b>54</b>

3.1. A CARACTERIZAÇÃO DOS MORADORES DO BGV NOS LOCAIS ONDE OCORREU O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA .....	54
3.2. O INTELLECTUAL ORGÂNICO: UM EXEMPLO DE CONTRA-HEGEMONIA .....	64
3.3. A REPRESENTAÇÃO SOCIAL PRESENTE NA FRASE DOS ENTREVISTADOS: A CONSTRUÇÃO DA CONTRA-HEGEMONIA .....	69
3.4. A CONTRA-HEGEMONIA E O DISCURSO DOS MORADORES BGV I E BGV II A CONSTRUÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL TRANSFORMADORA? .....	73
3.5. BREVES APONTAMENTOS SOBRE OS DADOS COLETADOS NOS GRÁFICOS E TABELAS DE ENTREVISTAS .....	77
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>84</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>87</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>90</b>

# INTRODUÇÃO



“A solidariedade social e política de que precisamos para construir a sociedade menos feia e menos arenosa, em que podemos ser mais nós mesmos, tem na formação democrática uma prática de real importância.”

(Freire, 1996 p. 24)

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata de uma investigação sobre o desenvolvimento do Trabalho Técnico Social executado na perspectiva da Educação Ambiental crítica em um contexto do reassentamento de moradores de uma ocupação urbana em área de expansão portuária no município do Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil.

O Trabalho Técnico Social – TTS constitui-se em uma prática social desenvolvida conforme preconiza a Lei brasileira, mais especificamente a lei de número 10.257 de 2001, Estatuto das Cidades (Planejamento participativo e função social da propriedade), no qual este trabalho passa a ser item de investimento recomendável a partir de 2000 e obrigatório a partir de 2006.

O Trabalho Técnico Social é o conjunto de ações que visam promover a autonomia e o protagonismo social, planejadas para criar mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens/serviços, adequando-os às necessidades e à realidade dos grupos sociais atendidos, além de incentivar a gestão participativa para a sustentabilidade do empreendimento. As diretrizes para elaboração e implantação do TTS são definidas pelo Ministério das Cidades, cabendo à CAIXA apoiar os entes públicos na formulação dos projetos e acompanhar e atestar sua execução. (Caixa Econômica Federal, 2011, p. 76)

O TTS visa mitigar os impactos gerados pelo reassentamento dos moradores de áreas urbanas irregulares para condomínios devidamente regularizados e urbanizados, no contexto da política de Habitação de Interesse Social. Tal política é desenvolvida com populações das periferias urbanas que ocupam áreas sem saneamento básico, em condições de vulnerabilidade socioambiental, tais como: eventos extremos a exemplo de inundações e alagamentos, bem como a recuperação de áreas para empreendimentos industriais, ou de instalação de infraestrutura de transporte ou de geração e transmissão de energia.

Nossa pesquisa investigou o Trabalho Técnico Social-TTS previsto para a implantação dos Residenciais Getúlio Vargas I e II, e o foco do nosso estudo parte do processo de reassentamento das famílias que ocuparam as adjacências do Pátio Automotivo do Porto e que foram reassentadas nos Residenciais. Isso ocorreu, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Intervenção de Favelas do Governo Federal e com financiamento da Caixa Econômica Federal, com ênfase

nos processos educativos que estão sendo desenvolvidos por meio da realização do Trabalho Técnico Social -TTS.

A presente pesquisa, amparada no campo da Educação Ambiental crítica<sup>1</sup> e emancipatória<sup>2</sup>, acompanhou o cotidiano da população desse bairro e principalmente das primeiras cinquenta e duas famílias reassentadas nos residenciais Getúlio Vargas I e II no período de maio a junho de 2017; período, este, em que podemos compreender e narrar suas angústias e suas estratégias de sobrevivência.

A participação dos sujeitos envolvidos no reassentamento constitui-se em um processo de gestão ambiental urbana, cuja finalidade é construir um ambiente adequado à moradia com saneamento básico e mobilidade urbana.

Tal construção necessita do envolvimento e compromisso de todos. De um lado, o protagonismo dos moradores, pois trata-se de moradias e da convivência em condomínio, em síntese a mudança da relação com o habitar/morar. Categoria que traz, em si, aspectos ontológicos dos indivíduos e suas (não) organizações, considerando que o condomínio em tese foi uma imposição, uma contingência, fato que será desvelado no decorrer deste trabalho. De outro lado, os educadores sociais, como trabalhadores com o compromisso ético de promover a organização dos indivíduos na direção da convivência e da organização condominial. Ou seja, em última finalidade, a construção da cidadania e da urbanidade, inserindo a comunidade no ambiente urbano.

Nesse sentido, entendemos o Trabalho Técnico Social como processo educativo que deve promover a participação e a construção da cidadania, que neste caso também é ambiental. É esse processo educativo, desenvolvido junto ao Trabalho Técnico Social –TTS, executado com os moradores do BGV reassentados nos Residenciais Getúlio Vargas I e II, que constitui o objeto de nossa pesquisa. É importante ressaltarmos que o Trabalho Técnico Social é conduzido por profissionais

---

<sup>1</sup> Crítica – por situar historicamente e no contexto de cada formação socioeconômica as relações sociais na natureza e estabelecer como premissa a permanente possibilidade de negação e superação das verdades estabelecidas e das condições existentes, por meio da ação organizada dos grupos sociais e de conhecimentos produzidos na práxis.

<sup>2</sup> Emancipatória – ao almejar a autonomia e a liberdade dos agentes sociais pela intervenção transformadora a das relações de dominação, opressão e expropriação material; transformadora – por visar a mais radical mudança societária, do padrão civilizatório, por meio do simultâneo movimento de transformação subjetiva e das condições objetivas. (LOUREIRO, 2012, p. 88-89).



como sociólogos, assistentes sociais, pedagogos entre outros com a responsabilidade de planejar, desenvolver e avaliar os processos de organização comunitária no campo das políticas sociais.

Para o desenvolvimento da pesquisa, partimos de duas premissas fundamentais. A primeira é o entendimento que o processo educativo se constitui por práticas sociais e tais práticas permitem relações entre os sujeitos; e, dessa forma, torna-se possível o espaço político de participação na gestão e no controle social na implementação de políticas públicas de habitação social.

A segunda trata da pedagogia Transformadora, preconizada por Paulo Freire e balizadora da Educação Popular; entendida como prática social emancipatória e construtora de autonomia dos sujeitos frente a sua ação no mundo. Tais premissas fundamentam o entendimento de que o desenvolvimento das políticas sociais necessita de processos educativos ambientais e populares.

Sendo assim, passamos a examinar diversos aspectos do desenvolvimento do TTS na perspectiva da Educação Ambiental Crítica – linha teórico-metodológica à qual esta pesquisa se vincula. Dessa forma, nossa pesquisa busca compreender de que forma a Educação Ambiental Crítica e Transformadora pode contribuir para o desenvolvimento do Trabalho Técnico Social.

No que se refere aos objetivos analisar como o TTS (PAC-BGV) realizado pela Universidade Federal de Rio Grande (Furg) pode contribuir para o processo de emancipação dos sujeitos considerando a Educação Popular como elemento norteador.

Especificamente, objetivamos:

- Sistematizar e refletir categorias que possibilitem avaliar criticamente o papel do Trabalho Técnico Social-TTS;
- Apontar os aspectos limitantes ou que se constituem como impasses para o processo da realocação das famílias;
- Especificar as práticas realizadas na área da Educação Ambiental no referido projeto, no sentido de evidenciar os resultados do processo educativo;

Ao final do desenvolvimento da pesquisa, refletimos sobre o processo de deslocamento dos moradores do BGV devido ao desenvolvimento do capital e verificamos como a Educação Ambiental pode ser um mecanismo de entendimento e de mitigação dos danos causados por esse processo.

## MÉTODO, METODOLOGIA E A VISÃO DE MUNDO DO PESQUISADOR

A Educação Ambiental, enquanto práxis transformadora, tem papel importante na busca da construção coletiva de processos sociais. Para tanto, temos que considerar os aspectos ontológicos do educador/pesquisador: a sensibilidade, a alteridade, a empatia, a capacidade de reconhecer as lideranças locais, ou seja, todas as características básicas do educador popular e freireano.

A metodologia escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa situa-se na proposta de pesquisa qualitativa e participativa, pois essa tem como alicerce o enfoque do Materialismo Histórico Dialético. Por compreendermos que “para esse enfoque a produção do conhecimento vincula-se ao objetivo principal de transformar a realidade estudada” (TRIVIÑOS, 1987, p. 125).

Como podemos perceber, não se trata de um processo de coleta de dados mecânico ou neutro, tomando por base o papel ativo do pesquisador. Isso justifica a relevância do trabalho dada sua especificidade e, para além disso, implica na opção pela pesquisa-ação, como caminho metodológico, posto que essa possibilita não apenas conhecer, mas transformar o contexto histórico e social vivenciado. Segundo Brandão (1982, p. 10), a pesquisa-ação articula os saberes populares e os considerados científicos, constituindo um processo de aprendizagem que é dialético e que reforça o poder do povo.

Nesse movimento é que estabelecemos a proposição de contribuir no processo de transformação da realidade do estudo, ação que não se estabelece numa relação hierárquica, mas que toma corpo no encontro do pesquisador com a totalidade que envolve a realidade dos sujeitos que interagem no local de estudo.

É importante mencionar que, de acordo com Paulo Freire (1979), não podemos superar a ingenuidade e o senso comum sem assumir tais preceitos. Neste aspecto, superar a ingenuidade e o senso comum é fundamental, pois representa o modo pelo qual o sujeito se relaciona com o mundo.

A pedagogia freireana entende que, para transformar o mundo, é necessário se apropriar do mesmo. Dessa forma, a pesquisa que fundamenta esta dissertação objetiva investigar tal processo de aprendizagem pelos indivíduos e coletivos de moradores. São indivíduos pertencentes às classes populares e alguns deles em

condições de miserabilidade econômica que se veem atingidos por um processo de expansão capitalista significativo e marcante. Diante disso, *“como reagem estes sujeitos? Podem eles mudar tal realidade? A construção da identidade individual e coletiva se dá num processo complementar, associativo ou dialético?”*

Todas essas perguntas são pertinentes e emergem da constatação da realidade vivida pela população do Bairro Getúlio Vargas e, em especial, os que vivem nos residenciais Getúlio Vargas I e II, protagonistas no processo de reassentamento. Mesmo assim, os problemas enfrentados por essa população não são estáticos e nem fadados à permanência. O embasamento teórico deste trabalho parte da compreensão existente na Educação Ambiental Transformadora de viés emancipatório e popular, segundo o qual a realidade não está dada, ela vai se formando e se construindo através das posturas dos agentes sociais, das populações envolvidas, de seus dramas, sonhos, anseios, disputas, emoções, conflitos e das condições materiais concretas em que a vida é produzida, ou seja, pela práxis dos sujeitos envolvidos.

## METODOLOGIA DA PESQUISA E O PAPEL DO PESQUISADOR

O caráter reflexivo e qualitativo da pesquisa torna-se evidente em dois pontos fundamentais. O primeiro refere-se a minha participação como técnico do TTS BGV I e BGV II. Nesse envolvimento, pude participar das atividades, conduzir reuniões, realizar visitas aos moradores e relatar o desenvolvimento do trabalho. Desenvolvi este trabalho até meu ingresso no mestrado, momento em que assumi o papel de investigador junto à equipe. Essa mudança de papel, permitiu-me: desenvolver uma observação participante, vivenciar os processos de reassentamento das famílias, compreender as práticas sociais dos educadores do projeto; e, por fim, me possibilitou compreender a pedagogia freireana e a discussão da formação do intelectual orgânico dos trabalhadores e moradores da periferia.

O segundo ponto fundamental da minha pesquisa fixou-se em trazer à tona a fala e a perspectiva dos moradores reassentados, sujeitos desse estudo, para, em conjunto com um grupo de mestrandos do PROFIAP<sup>3</sup>, realizarmos um conjunto de entrevistas de caráter quali-quantitativo, com integrantes das 52 famílias.

---

<sup>3</sup> PROFIAP – Mestrado Profissional em Administração Pública.

A aplicação dos questionários foi realizada por 06 pessoas, o roteiro de pesquisa e o questionário aplicado consta no anexo g dessa pesquisa. Cabe salientar que a escolha dos respondentes considerou um representante de cada família reassentada, priorizando a figura do chefe de família, (mãe ou Pai) ou a pessoa mais velha da casa no momento.

As entrevistas foram realizadas durante os dias 24/07 e 31/07/2017, destacamos que o desenvolvimento do questionário com informações quantitativas se pautou pelas metodologias clássicas de avaliação socioeconômica utilizadas em TTS e outros censos da mesma natureza. Já o roteiro de perguntas abertas teve influência da equipe do TTS PAC BGV I e BGV II, momento em que pude dar uma contribuição com minha vivência e com a intencionalidade de pesquisador em Educação ambiental. A ciência, aos entrevistados, do respectivo livre consentimento de uso das informações coletadas foi realizada por meio da assinatura do termo de livre consentimento ou por gravação de áudio, durante a entrevista.

A sistematização das informações estruturou-se na tabulação dos dados quantitativos dos respondentes, resultados que permitiram dar características fortes e bem delineadas para análise dos resultados das perguntas abertas. Para o corpo da dissertação, buscamos a fala de 10 sujeitos que apresentaram o movimento dos sujeitos em relação à implementação da política social de habitação popular.

A formulação das perguntas focalizou as finalidades e objetivos do TTS e visou contribuir para o melhor entendimento do movimento dos sujeitos da pesquisa em direção a sua nova moradia, um condomínio residencial verticalizado com acesso a saneamento básico e fornecimento de energia elétrica.

## MEMORIAL: RELAÇÃO DO PESQUISADOR COM O PROJETO DE PESQUISA

Meu ingresso no Ensino Superior ocorreu em 2010. Anteriormente, atuei nos terminais retroportuários do Porto do Rio Grande, como encarregado de armazém, encarregado de transporte e, finalmente, analista comercial em uma empresa ferroviária. Durante os dezoito anos em que atuei nesses espaços, muitas perguntas, inquietações faziam parte de meu cotidiano, acerca do porto, de suas relações com os moradores, impactos, mazelas do capitalismo.

Ao ingressar na Universidade no curso de Letras (Português/Francês) na FURG e Pedagogia (Licenciatura) nas Faculdades Anhanguera, pude conhecer e

aprofundar leituras importantes para questionar teoricamente ideias e experiências que antes podia fazer apenas do ponto de vista do senso comum e daquilo que vivia no cotidiano do trabalho portuário/privado.

Meu ingresso nos projetos de extensão universitária, já no começo de minha trajetória acadêmica, foi fundamental para isso, pois eles me possibilitaram contato direto com a comunidade do entorno da Universidade, podendo, através disso, evidenciar de perto a problemática social que assola nossa comunidade no que se refere à falta de moradia, saneamento básico, saúde, educação e segurança. Questões, estas, que já me inquietavam ao observar as comunidades que habitavam o entorno de onde eu trabalhava, desde a época em que era trabalhador portuário.

Hoje, como mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), realizo meus projetos de extensão como educador comunitário junto ao Centro de Atenção à Criança e ao Adolescente CAIC/FURG, onde atendemos comunidades em vulnerabilidade social do entorno de nossa instituição.

Minha relação com o BGV é histórica e afetiva, pois minha avó morou neste bairro nas décadas de 40, 50 e 60 do século passado e foi também operária na extinta Cia Swift, empresa, esta, localizada junto ao Porto do Rio Grande.

Minha avó (in memoriam) foi removida do Bairro Getúlio Vargas, na década de 70, da mesma forma que um significativo contingente populacional que habitava esse Bairro; perdendo, assim, o contato físico e emocional com vários dos seus ex-vizinhos de bairro, que eram amigos e até colegas de profissão da minha avó.

Quando criança, ouvia suas histórias, as quais eram contadas também por minha tia, que foi removida junto com a minha vó na década de 70 do século XX. Minha tia, hoje com 75 anos, ainda lembra e guarda documentos emitidos pelo Porto solicitando a desocupação da área onde ela, minha avó e outras dezenas de moradores habitavam. Segundo relatos de minha tia:

“Foi horrível ... a gente não sabia ao certo pra onde aquela gente ia nos leva, nossa casa foi colocada encima de uma plataforma do Porto puxada por um trator e, em um terreno sem nada nos jogaram ali, a própria sorte”.

Hoje, mais de quarenta anos depois da ocorrência desse fenômeno de expulsão de território, percebo que minha pesquisa busca, ao mesmo tempo, entender tal fenômeno, bem como reconstituir uma parte da minha história familiar, da minha

história como sujeito individual, todavia pertencente a uma realidade geográfica e uma realidade coletiva.

Neste sentido, todo o corpus teórico e as ideias de Loureiro, Freire, Aclserad, dentre outros, encontram eco na memória afetiva e servem como estímulos para o prosseguimento desta pesquisa e da minha participação como sujeito no Trabalho Técnico Social, porque ao mesmo tempo que ensino, aprendo sobre a realidade que me circunda.

Este estudo não tem a pretensão de resolver os problemas habitacionais pelos quais passa esta comunidade, mas, sim, servir como uma experiência dialógica onde eles e eu, convivamos e aprendamos a lidar com a problemática existente, podendo possivelmente ter um futuro de maior cidadania e com uma consciência emancipatória.

A discussão teórica e a reflexão sobre a prática levaram-me a organizar a dissertação em três capítulos, que permitem percorrer pelo entendimento do TTS no mundo e no Brasil, depois compreender o movimento dos sujeitos da pesquisa no processo de reassentamento das famílias e por fim uma discussão teórica sobre a relação entre a educação popular, a visão freireana e gramsciniana da Educação Ambiental.

## A CONSTITUIÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL NA REALIZAÇÃO DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL

Grande parte de minha formação docente se dá no contexto da escola, no desenvolvimento de uma educação formal, baseada em currículos e saberes pré-estabelecidos que necessitam ser construídos com grupos de crianças, adolescentes, jovens e adultos. Nessa caminhada, fui aprendendo a dialogar com a cultura escolar e o desafio da docência sempre foi contextualizar esses saberes com a vida, com os problemas sociais e ambientais, com a busca constante de ressignificar a escola enquanto instituição do saber que responde aos anseios e perspectivas da vida.

Em minha trajetória escolar percebi que esta instituição é carregada de futuro, ou seja, ela se organiza para um tempo vindouro, ela é projeção de ascensão social e de tentativas de inserção no mercado do trabalho. E fui sentido a cada dia a necessidade de compreender a escola em seu tempo presente. Conhecendo as crianças e suas realidades, suas famílias, percebi a necessidade de dialogar sobre a

vida e seus desafios partindo do agora, do vivido, o que sempre é um desafio, pois dentro de uma lógica escolar, qual é o tempo/espço/lugar para pensar o presente? Muitas vezes esse foi o meu desafio, garantir e construir pequenas rupturas na rotina escolar para dialogar sobre o presente.

Ao longo de minha inserção no Trabalho Técnico Social - TTS, fui percebendo que minha formação inicial, no campo da educação não contemplava os novos saberes que esta experiência me colocava. Eu era sim educador, mas não professor! Compreender outras formas de fazer educação, e outros sentidos para essa ação, foi a grande contribuição que o envolvimento com o TTS me proporcionou.

Minha ação docente no TTS se dava na contramão das vivências escolares. Não havia lista de conteúdos, grade de horários, excesso de futuro, e sim, vivências humanas carregadas de marcas, dores e decepções. Longe estava o sonho de possibilidades que a escola cotidianamente tenta nos apresentar.

Assim, no desenvolvimento das ações do TTS, em especial das Assembleias comunitárias e dos encontros com a comissão de moradores, fui aprendendo a ouvir, a observar, para assim, poder traçar ações educativas que correspondiam as necessidades daqueles coletivos. Diferente da escola, no TTS o futuro não era um aliado, a necessidade de respostas e ações era urgente, descobri que o tempo não estava ao nosso lado.

Nas vivências educativas do TTS, fui percebendo a necessidade de construir novos saberes para dar conta das demandas que este trabalho me colocava, neste sentido, destaco duas grandes ações que necessitam ser observadas no desenvolvimento de Trabalho Técnico Social com pessoas de baixa renda: escuta sensível e linguagem acessível.

O desenvolvimento de uma escuta sensível tornou-se uma metodologia que me permitiu compreender o outro a partir de suas vivências, expectativas e realidade, e assim, partindo desse conhecimento adequar uma linguagem capaz de promover a compreensão das ações por meio do diálogo.

Freire bem coloca que não há saber mais, nem saber menos, há saberes diferentes, e atuando como educador no TTS, pude viver e melhor compreender o sentido dessas palavras. Um limitador para o desenvolvimento do TTS é pensar que pessoas economicamente desfavorecidas de recursos financeiros, são também desfavorecidas de conhecimento e saberes.

Os saberes populares da comunidade do contexto desse TTS eram muito esclarecidos acerca da construção civil, qualidade de material, acabamento, bem como, organização e mobilização comunitária. Além disso, a coragem de dizer a sua palavra, de manifestar as suas inquietações e frustrações, colocando-se no lugar de pessoas de direito, mesmo tendo tantos direitos negados. Destaco a compreensão de um sujeito trabalhador e a relação que essa comunidade faz com o trabalho, no sentido de perceber-se sujeito de direitos a partir do trabalho. Muitas vezes ouvi: eles não podem fazer isso com a gente porque a gente é trabalhador, referindo-se aos atrasos no processo de mudança e ao desencontro de algumas informações sobre a obra.

As duas experiências, na educação formal e na não formal, me levaram a compreender a necessidade de conhecer o outro, a desenvolver uma escuta sensível e um olhar atento as manifestações de vida que emergem nestes espaços.

Na escola temos o currículo, as diretrizes pedagógicas e outros suportes de cunho didático pedagógico que ora dão conta do cotidiano de uma escola, na educação não formal nem tudo é tão claro ou pronto. A necessidade de compreender os saberes comunitários pela ótica da necessidade humana que é a moradia, foi a principal lição aprendida, ouvir muitas vezes mais do que falar, entender que essa comunidade tem saberes que eu até então desconhecia, e foi preciso humildade para reconhecer os limites do meu saber acadêmico e entender que muitas vezes os movimentos feitos por essa comunidade retratam um passado, e infelizmente um presente, de sofrimento, de negação e de esquecimento por parte dos diversos governos que até aqui estiveram.

A atuação no Trabalho Técnico Social envolve uma carga de sensibilidade e de atenção de minha parte e não pode ser desprezada pelo profissional que se dedique a realiza-lo. O Trabalho Técnico Social se deu por um convite recebido pela da Universidade Federal de Rio Grande – FURG pelo fato desta Universidade já ter vários convênios junto ao atual governo municipal.

O Trabalho Técnico Social expôs o quanto o conhecimento minimamente acadêmico separado das reais demandas da sociedade se presta a manter uma ordem social elitista e discriminatória;

A ação executada no Trabalho Técnico Social se dá em várias frentes. No primeiro momento, eu juntamente como outros profissionais, após aceitarmos a



demanda decidimos nos reunir e ir a comunidade conhecer sua realidade. Após conhecer o cotidiano da comunidade é algo que inegavelmente mexeu com minha trajetória como profissional. Entendemos que a comunidade do BGV, especialmente os moradores das Residências Getúlio Vargas I e II são historicamente discriminados e que as decisões administrativas por vezes não levam em consideração a realidade desta comunidade. Posteriormente houve a remoção destas pessoas para os condomínios. Lá uma sociabilidade inexistente ou existente, mas diferente da atual se impôs. Pessoas acostumadas a viver de maneira individual, tiveram que conviver coletivamente em construções verticalizadas e como toda convivência coletiva, mágoas, desentendimentos, medos e demais circunstâncias atrapalham a possibilidade de um cotidiano minimamente ordenado.

Nossa caminhada enquanto equipe do TTS foi em um primeiro momento conquistar o respeito e a confiança desta comunidade frente a frágil relação com os órgãos públicos envolvidos neste processo. Fizemos muitas reuniões para tratarmos dos mais variados assuntos como: mudança, regimento, estatuto, destino de áreas comerciais, formação de condomínio, eleição de síndico, entre outros assuntos.

Registramos todas as nossas reuniões em atas, até mesmo as que foram feitas junto a Prefeitura, registrei em fotos os mais variados momentos do nosso TTS, primeiras reuniões, visitas ao canteiro de obras, movimento de mudança e pós mudança, além dos problemas estruturais que as unidades apresentam e que ainda são motivos de muitos conflitos entre os condôminos e a Prefeitura. “Traduzir” reuniões com os engenheiros da prefeitura, da construtora junto aos demais representantes do poder municipal riograndino demonstram a dificuldade de adaptar uma linguagem técnica e por vezes erudita com a linguagem popular e coloquial da comunidade das residências do Getúlio Vargas I e II.

Confeccionamos panfletos explicativos informando antecipadamente a pauta das assembleias, além de também confeccionar informativos que julgamos necessários para o conhecimento de todos

Por fim, registro que minha ação docente no TTS colaborou de forma significativa para que eu pudesse compreender com maior propriedade a dimensão do ato de educar, a compreensão dos múltiplos saberes, em especial dos saberes populares que precisam ser levados para os espaços de educação formal. Dar voz

aos saberes do povo em contextos formais pode ser uma estratégia capaz de ressignificar a escola para o tempo presente.

TRABALHO TÉCNICO SOCIAL LIMITES E POSSIBILIDADES: UM  
ESTUDO DE CASO DO PROCESSO DE REASSENTAMENTO DAS  
FAMÍLIAS DO BAIRRO GETÚLIO VARGAS



“Diálogo, no exercício da cidadania e no fortalecimento dos sujeitos, na superação das formas de dominação capitalistas e na compreensão do mundo em sua complexidade e da vida em sua totalidade.”

(Loureiro, 2004, p. 24)

# 1. TRABALHO TÉCNICO SOCIAL LIMITES E POSSIBILIDADES: UM ESTUDO DE CASO DO PROCESSO DE REASSENTAMENTO DAS FAMÍLIAS DO BAIRRO GETÚLIO VARGAS

## 1.1 O BAIRRO GETÚLIO VARGAS E SUA HISTÓRIA

Uma nota destoante, o Cedro<sup>4</sup>. A impressão que se tem é que não pertence ao mesmo conjunto da cidade [...] surge distinto onde a miséria dispersa os indícios da civilização [...] a população é heterogênea [...] imigrou para Rio Grande nos últimos 10 anos vinda de outras regiões do estado em busca de empregos [...] é estarrecedor o abandono em que vivem os menores. Filhos de famílias numerosas [...] acostumando-os à completa independência, cujo os efeitos [negativos] sobre a educação e a saúde são facilmente imagináveis. (Ferreira, 2016, p. 341, apud O Estado de São Paulo, 1957, Terceiro Caderno, p. 3)

A população do BGV historicamente é acometida pelo processo de expansão capitalista, segundo o qual à medida em que há mudanças na estrutura do porto riograndino, a área deste bairro próximo ao porto torna-se objeto de cobiça, forçando essas populações ao deslocamento.

Nos anos 70, uma situação semelhante à atual ocorreu, mas naquela época a compreensão socioambiental não estava tão desenvolvida como atualmente. Vivíamos num período de ditadura civil-militar, no qual a demanda por mudanças sociais era reprimida pelos órgãos governamentais, ou seja, a questão social era vista como caso de polícia.

O novo processo de expansão portuária, que atinge o BGV, ocorre em um momento de fim do ciclo de crescimento econômico no município de Rio Grande e de uma mudança significativa na conjuntura política do Brasil, ao mesmo tempo em que há a emergência da preocupação com as questões socioambientais.

O ciclo mencionado acima refere-se à ascensão e declínio da indústria Naval do Rio Grande. Tal processo é decorrente de uma política concebida no governo Lula a partir de 2007, momento histórico em que foram feitos fortes investimentos por parte do governo federal em relação à logística naval brasileira, privilegiando-se a construção de plataformas petrolíferas no território nacional.

Diante disso, a cidade de Rio Grande foi beneficiada devido a sua posição geográfica, bem como pelo papel de destaque que o porto desempenha na dinâmica econômica e cultural desse município. O Polo Naval impactou a cadeia produtiva

---

<sup>4</sup> Cedro, antigo nome dado ao atual Bairro Getúlio Vargas (BGV).

riograndina de modo significativo, de 2007 a 2014; alavancando, assim, o crescimento do PIB local e dinamizando o setor terciário.

Apesar disso, a partir de 2014, dois fatores contribuíram para reverter esse cenário. O primeiro foi a deflagração da Operação Lava Jato, que revelou escândalos de corrupção no setor portuário/naval e empresarial brasileiro; e o segundo foi a crise fiscal e produtiva que estagnou a economia brasileira. Ambos os fatores levaram o eminente Polo Naval a perder força, encontrando-se hoje praticamente em processo de desmonte.

Tal situação reflete diretamente na comunidade do BGV, contribuindo ainda mais com o empobrecimento da população, principalmente dos que vivem no entorno do Porto Riograndino.

Entendemos que os conflitos existentes entre capital e trabalho não se resolvem facilmente e talvez nem tenha harmonização ou solução, todavia a boniteza do mundo conforme Freire (1979) esteja nisso em sonhar, lutar e morrer tentando construir uma sociedade melhor e menos desigual.

### 1.1. O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL E A REALIDADE DA COMUNIDADE BGV

O tema dessa dissertação trata do processo de reassentamento das famílias que moram no Bairro Getúlio Vargas, conhecido popularmente como BGV, mais especificamente as que moram próximas ao Pátio Automotivo do Porto de Rio Grande.

Para a efetivação do reassentamento, utilizamos o processo metodológico chamado de Trabalho Técnico Social (TTS). Tal processo está contido no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), intervenção do governo federal nas favelas. Há conjuntamente disso o financiamento bancário da Caixa Econômica Federal e o processo de organização de reassentamento feito pela Prefeitura Municipal de Rio Grande.

De acordo com Lisete Carvalho (2011), o Trabalho Técnico Social é uma das metodologias mais utilizadas quando estudamos os processos de habitação e moradia presentes no espaço urbano.

Segundo essa autora, o surgimento do Trabalho Técnico Social ocorre a partir do desenvolvimento do Curso do Serviço Social que se inicia por volta das décadas de 60 e 70 do século passado, porém no Brasil é nos anos 80, com o fim da ditadura civil-militar, que o TTS se tornou popular. Se inicialmente a função era garantir a

cidadania básica às populações carentes do meio urbano brasileiro, o procedimento atual é muito mais diversificado e complexo.

Os aspectos<sup>5</sup> que caracterizam o trabalho técnico social são:

- Enfoques interdisciplinares com diversas ciências como Sociologia, Antropologia, Geografia, História, Economia dentre outras;
- Levantamento de dados e informações que caracterizam a situação local;
- Uma proposta de intervenção através da qual os sujeitos da comunidade, onde ocorre o TTS, participarão da pesquisa e vivenciarão os efeitos da mesma na prática.

Devido ao aumento de pesquisas no Trabalho Técnico Social, o campo da Educação Ambiental também abriu-se a esse tipo de perspectiva metodológica.

Loureiro (2004) defende que existem diferentes tipos de Educação Ambiental, porém a mais efetiva, na visão desse autor, é a Educação Ambiental Transformadora de viés democrático que precisa aproximar o objeto de pesquisa e o pesquisador numa relação de situação dialética, num processo contínuo de retroalimentação.

Paulo Freire (1975) sempre pesquisou o aspecto gnosiológico entre o objeto pesquisado e o pesquisador, onde a intersubjetividade e a intercomunicação acontecem. Mesmo Freire, estando centrado numa situação pedagógica típica do ambiente escolar propriamente dito, suas contribuições teóricas foram apropriadas por outros pensadores e por diferentes campos do conhecimento científico. É importante mencionar que, para ele, a educação é entendida como algo que vai além do ambiente educacional, ela faz parte das atitudes sociais que devem, na visão do autor, levar as pessoas a refletirem sobre as desigualdades sociais para, assim, buscarem combatê-las e superá-las.

A articulação das ideias de Loureiro e de Paulo Freire fomentam a ideia de Educação Ambiental trabalhada e realizada nesta dissertação.

Dando sequência à noção de desigualdade social, Kássia Uchoa (2011) fala que o Brasil é um dos países com maior déficit habitacional do planeta seja do ponto de vista quantitativo, ou qualitativo.

Dados do Ministério das Cidades do ano de 2014 expõem que o déficit habitacional brasileiro gira em torno de 7,2 milhões, sendo a região Nordeste, a região onde o déficit é maior.

---

<sup>5</sup> CARVALHO, Lizete. Trabalho Técnico Social X Meio Ambiente nos Programas Habitacionais Brasileiros. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tec. Ambiental**, 2011.

Maricato (2007) salienta que o processo de desenvolvimento capitalista caracteriza-se pelo desenvolvimento da produção e o seu escoamento para o meio urbano, o que configura a cidade como o local por excelência no capitalismo.

É no espaço urbano que se dão as disputas de classe e onde o direito à moradia é às vezes conquistado, às vezes negligenciado.

Rio Grande é uma cidade portuária, que, como toda cidade com este tipo de característica, sofre com a dinâmica mudança no modelo de acumulação de capital, sendo as populações próximas ao porto afetadas por tais mutações, na forma de produção de riqueza. Os habitantes do BGV, especialmente os moradores próximos ao Porto, são pessoas pobres, com baixa instrução intelectual e com acesso deficitário aos direitos sociais básicos e à ideia de cidadania.

Pela complexidade do processo em que esses habitantes vivem e por serem impactados mais uma vez por uma situação decorrente do modo de produção capitalista e de seu modelo de acumulação da riqueza, o Trabalho Técnico Social mostra-se necessário como ferramenta metodológica para entender a realidade estudada nesta dissertação.

Barbosa(2011) historiciza o TTS argumentando que o Trabalho Técnico Social surgiu com a divisão internacional do trabalho, uma das consequências mais evidentes do surgimento do modo de produção capitalista. Inicialmente, quem se encarregava de realizar o papel de cuidar ou amparar as comunidades pobres afetadas por processos de expansão do capital, eram as damas de caridade, mulheres ricas, mas como consciência social. Esse processo foi muito forte na Inglaterra, país que deu início à Revolução Industrial, e depois espalhou-se para outros países do mundo.

No Brasil, podemos perceber que o TTS emergiu na década de 30 do século XX, período no qual um mutirão de trabalhadores pobres decidiram ocupar loteamentos e construir casas nas principais cidades do Brasil.

As ocupações desses locais em sua maioria geraram degradação ambiental, problemas de saúde e dificuldades de acesso, por parte dos moradores, às condições mínimas de cidadania.

A situação permanece mais ou menos inalterada até a chegada da década de 60, época na qual as Reformas de Base, encampadas pelo governo João Goulart, põem em xeque os problemas sociais brasileiros, sendo a questão da habitação um

desses problemas que foi gerado, pois o modelo de urbanização brasileiro foi acelerado e excludente.

Após esse acontecimento, o Brasil vivenciou durante 21 anos um regime civil-militar. Durante esse tempo, houve repressão das práticas de reivindicação a melhorias sociais; e as ações que buscavam corrigir as desigualdades brasileiras ocorriam de modo autoritário, estando concentradas em Brasília e na burocracia estatal fortalecida pelo regime ditatorial brasileiro. Com o fim do regime militar, ideias de resgate da cidadania e a valorização da moradia voltaram à agenda nacional. As ciências sociais, mesmo com a repressão da época da ditadura, amadureceram e trabalhos e pesquisas consistentes foram realizados quanto ao tema moradia.

O que levou à sofisticação<sup>6</sup> do TTS?

- Curso de Assistente Social- área de ensino como metodologias e teorias próprias;
- História, Geografia e Sociologia deslocam-se seu objeto de estudo. Nos anos 80 e 90, estudos monográficos referentes à realidade local adquiriram a metodologia adequada;
- Forças opostas ao regime civil-militar se fortalecem. Partidos de Esquerda ou de inspiração socialdemocrata como o PMDB, PSDB, PDT, PT, PV, dentre outros, surgem e começam a adquirir peso político e simpatia de parte significativa do eleitorado brasileiro.

Devemos mencionar também que o déficit habitacional brasileiro é muito grande. A situação habitacional que desde o início do século XX era problemática, se torna precária nos anos 80, devido à forte inflação aliada à incapacidade fiscal dos gestores públicos brasileiros.

Nesse sentido, o Trabalho Técnico Social no Bairro Getúlio Vargas, tema deste trabalho, busca mitigar conflitos e servir como uma ferramenta de garantia de política pública, tendo como atores sociais desse processo os moradores do BGV, o próprio pesquisador, a Universidade Federal de Rio Grande e a Prefeitura de Município do Rio Grande.

Barbosa (2011) relata que o TTS pode ser realizado por um assistente social ou por um profissional de outra área, desde que o mesmo esteja munido de interesse em participar da comunidade estudada, possua um diário de campo, acompanhe a realidade da comunidade e tenha consciência de que não resolverá o conflito em si

---

<sup>6</sup> BARBOSA, Kássia Uchoa. **Reflexões sobre o Trabalho Social na Habitação**. Universidade do Maranhão, São Luís, 2011.



do local onde atua. Porém, servirá como ferramenta que garantirá a efetivação da política pública de habitação.

O TTS divide-se<sup>7</sup> em:

- a) Encontros de Formação com a Equipe- Entendimento da problemática que mitigue o problema social estudado e proponha ações que reduzam os efeitos da ordem social e ambiental. Como a realidade é complexa, é equivocado pensar que somente um profissional pode dar conta de toda a realidade de uma comunidade carente;
- b) Espaços de Diálogos com a Comunidade- Momento no qual a Educação Ambiental Emancipatória e Popular se efetiva, pois, sem o diálogo e o contato com a realidade da população, o processo de investigação que envolve o TTS não se efetiva;
- c) Planejamento com as Secretarias- aproximação da realidade da comunidade e da entrega dos dados e estatísticas que posteriormente se tornarão as ações que visam efetivar políticas públicas da ordem social.  
Os moradores do BGV são historicamente excluídos das decisões que envolvem a posse do solo e a garantia de habitação desse mesmo lugar, sendo atingidos e removidos a partir do momento em que haja uma modificação no processo de acumulação do capital portuário;
- d) Articulação e planejamento com a Secretaria Municipal- aproximação da realidade da comunidade e da execução do processo de remoção habitacional. Uchoa (2011) defende que este processo tem de se dar;
- e) Reuniões com a Comunidade;
- f) Determinação do prazo de remoção populacional;
- g) Instituição do papel técnico social;
- h) Reunião da Equipe que compõe o TTS;
- i) Encontro da equipe do TTS com instâncias superiores importantes- Universidade Federal, Prefeitura e Caixa Econômica Federal;
- j) Finalização do Processo de Remoção e a Entrega dos Conjuntos Habitacionais.

Feita essa breve digressão, será mostrada a relação do pesquisador com o tema estudado nesta dissertação. Posteriormente, no segundo capítulo, abordaremos como Rio Grande se situa historicamente quanto ao tema tratado, bem como a relação desse município com o campo da Educação Ambiental, apontando em qual linha de pesquisa da mesma essa dissertação se assenta.

---

<sup>7</sup> BARBOSA, Kássia Uchoa. **Reflexões sobre o Trabalho Social na Habitação**. Universidade do Maranhão, São Luís, 2011.

### 1.3. TRABALHO TÉCNICO SOCIAL OU TRABALHO EDUCATIVO SOCIAL?

O Trabalho Técnico Social nasceu com o objetivo de ajudar as famílias carentes que vivem em condições adversas. Se em outros países a assistência social e o Trabalho Técnico Social surgiram em contexto de guerra civil, limpeza étnica, dentre outros; no Brasil, tal processo é decorrente da simbiose que levou a uma parte da elite intelectual brasileira da década de 60, principalmente aquela influenciada pelo sociólogo paulista Florestan Fernandes, bem como pelo papel de protagonismo dos movimentos sociais, a partir da segunda metade do século 20, que exigiram melhores condições de vida para a população mais pobre do Brasil. Dentre as reivindicações encontram-se o acesso à moradia, a reforma agrária, a luta contra o analfabetismo e uma distribuição de renda mais equitativa.

O TTS de inspiração brasileira derivou das chamadas Reformas de Base e a preocupação com a questão social evidenciou-se na questão da moradia. É necessário explicitar que as Reformas de Base foi o nome dado a um conjunto de reformas propostas pelo vigésimo quarto presidente da República do Brasil, João Goulart, que visava combater a desigualdade social brasileira por meio de algumas reformas que ocorreriam nos setores fiscal, agrário, eleitoral, urbano e fundiário.

Maricato (2007) entende que a partir das Reformas de Base, que foram lançadas um ano antes da deposição de Jango como presidente da república, a falta de moradia era um dos problemas sociais a ser solucionado. Mesmo assim, o objetivo de João Goulart é frustrado, ocorrendo em 1964 a instauração de um golpe civil militar que perdurou por 21 anos.

Durante esse período, ocorrem reivindicações em relação à moradia, bem como o governo civil militar instituiu uma política de urbanização e de garantia da Casa Própria por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Habitacional (BNH). Todavia, tal política acaba fracassando devido à repressão social que havia a segmentos populares, o que dificultava a interlocução entre governo e sociedade civil. Gerando, então, a crise de endividamento vivida pelos governos ditatoriais, principalmente após a crise do petróleo em 1973, bem como pelo processo intenso de urbanização vivido pelo Brasil nas décadas de 60 e 70, período no qual mais da metade da população brasileira que vivia no campo e em municípios de pequeno porte se dirige aos grandes centros urbanos, formando novos bolsões de miséria e comunidades habitacionais em locais insalubres.

No decorrer da década de 80, com o fim do regime militar, os cursos universitários especialmente os da área das ciências humanas começaram a se utilizar do Trabalho Técnico Social como ferramenta metodológica de estudo de situações relacionadas à habitação. Cabe destacar que Gramsci e Paulo Freire influenciaram fortemente o desenvolvimento do TTS no Brasil.

Gramsci foi um intelectual importante, tendo escrito duas obras fundamentais para a história do pensamento científico: *Cadernos do Cárcere* e *Diários do Cárcere*. Gramsci (2001) defendia a ideia de que as transformações sociais são necessárias a partir do momento em que os grupos sociais menos privilegiados tomam consciência de sua exploração e começam a se articular para superá-la. Nesse aspecto, a argumentação de Gramsci em nada difere da intelectualidade de inspiração marxista como o próprio Karl Marx, Lênin, Rosa Luxemburgo, dentre outros.

Entretanto, a diferença do cientista italiano para os seus predecessores é que Gramsci via a revolução cultural como prioritária e muito mais importante do que a tomada de poder político. Ele compreendia que inicialmente se deveria ocupar os espaços culturais e os meios de formação de opinião, para posteriormente, ou em decorrência dessa ocupação social, conquistar o poder.

É importante mencionar também que Gramsci foi um dos primeiros intelectuais que, inspirado pelo legado de Karl Marx, entendia a interlocução entre governo e sociedade civil e a disputa democrática de poder como sendo parte do processo de transformação social. Muito antes dos estudos da escola de Frankfurt e dos estudos dos chamados neomarxistas, esse teórico entendia que a disputa pelo espaço cultural e a articulação política em terrenos férteis era a forma de transformar a sociedade e de superar as desigualdades sociais.

Diante disso, cabe a seguinte pergunta: quais seriam os espaços do campo cultural preconizados pelo intelectual italiano?

Gramsci (2001) compreende como sendo os espaços culturais o ambiente escolar, os jornais, universidades e locais de grande circulação de pensamento e de ideias. Nesses locais, haveria a disseminação dos novos ideais a serem implantados, bem como a constatação da existência da hegemonia cultural e do contra hegemonia.

A hegemonia ocorreria a partir de um domínio de uma ideia ou de um grupo cultural sobre os outros grupos. No caso estudado nesta dissertação, a hegemonia do pensamento dominante é aquela na qual o desenvolvimento da cidade de Rio Grande

se dá a partir da expansão portuária. Sempre que isso ocorrer, os espaços próximos ao porto têm de ser modificados e adaptados à dinâmica capitalista. Diferentemente do pensamento marxista que defendia que a ideologia burguesa teria de ser superada por meio da tomada de poder, entendido por muitos estudiosos como a ditadura do proletariado, para Gramsci isso só poderia se dar por meio da mudança cultural. Nesse caso, a hegemonia, ou seja, ideia ou ideais contrárias ao pensamento dominante.

Fazendo uma analogia, podemos afirmar que o TTS é um exemplo de contra hegemonia do capital. A partir dessa constatação, questionamos se a expressão Trabalho Técnico Social não seria sim um trabalho educativo de cunho social. Essa resposta é complexa e suscita debates diversos, porém Otto (2009) afirma que o Trabalho Técnico Social em sua essência é um trabalho educativo. A problemática é o que é possível compreender acerca da educação.

O senso comum tende a ver como educação o processo escolar, aquele em que se ministram aulas, nas quais estão presentes teorias, pensamentos e instrumentos que medem de modo numérico ou conceitual tal conhecimento. Paulo Freire (1987) entende que a educação vai além da instituição escolar, sendo educação todo tipo de aprendizado que o indivíduo tenha com seu semelhante e que amplie sua compreensão acerca da realidade que o circunda.

Concebemos que Freire foi mais do que um estudioso e um conhecedor da obra de Gramsci, mas um aplicador na prática da teoria do cientista italiano. Gramsci (2001) defende como cultura todo tipo de pensamento ou legado vindo de gerações anteriores para gerações posteriores. Podemos educar para manter a hegemonia dominante ou para questioná-la. Não é justamente tal linha de raciocínio que impactou o modelo teórico metodológico de Paulo Freire?

Em sua obra famosa chamada *Pedagogia do Oprimido*, o pedagogo pernambucano afirma (1987) que a educação é permeada por duas dicotomias, a educação bancária, reprodutora da moral dominante e a educação libertadora, aquela que respeita o conhecimento do sujeito explorado, bem como revela os mecanismos dessa exploração e os possíveis caminhos para a sua superação.

Se para Gramsci a contra-hegemonia ocorre no momento em que o Partido Operário organiza a sociedade e dissemina suas ideias; para Freire, o processo

educativo válido é aquele que leva a democratização do saber ao processo de conhecimento das ferramentas e dos fatores que fundamentam essa desigualdade.

Nesse sentido, o TTS desenvolvido pelo autor desta dissertação nos Residenciais Getúlio Vargas I e II é educativo porque:

- Historiciza o contexto histórico-geográfico do BGV e a sua relação dialética com a estrutura portuária;
- Compreende que não adianta criar teorias e formas de atuação sem se levar em conta a dinâmica cotidiana dos moradores do Bairro Getúlio Vargas;
- Organiza os explorados, ou seja, os sujeitos afetados pela expansão portuária, dando-lhes a possibilidade de protagonismo e de atuarem no contexto histórico-social onde estão inseridos;
- Acompanha o cotidiano dos moradores, vendo neles potenciais transformadores de sua realidade, sem idealizá-los como “revolucionários” nem vendo como seres “passivos” e “ignorantes”, mas como sujeitos em construção permanente que, por meio do conflito gerado entre o capital e trabalho ou entre capital e meio ambiente, têm tido a possibilidade de exigir direitos e construir o caminho que leve ao reconhecimento de sua própria cidadania;
- Entendemos meio ambiente como tudo aquilo que circunda o sujeito, isto é, o BGV em si e as ruas próximas ao processo de expansão portuária riograndina. Local de identidade desse grupo, local de pertencimento, conflitos, ideias, sonhos, projetos, lutas e desejos tanto individuais quanto coletivos.

Feito isso, no segundo capítulo, será dada sequência à questão do Trabalho Técnico Social e às implicações do mesmo junto aos residenciais localizados no bairro Getúlio Vargas.

O PROCESSO DE EXPANSÃO PORTUÁRIA E A QUESTÃO DO  
BGV: UM EXEMPLO DE PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL E  
A INTERVENÇÃO DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL: SOLUÇÃO  
OU MEDIAÇÃO DE CONFLITOS?



“[...] os grupos sociais de menor renda, em geral, são os que têm menor acesso ao ar puro, à água potável, ao saneamento básico e à segurança fundiária.”

“[...] um processo de exclusão territorial e social que, nas cidades, leva à periferização de grande massa de trabalhadores.”

(Acselrad, 2002, p. 6)

## **2. O PROCESSO DE EXPANSÃO PORTUÁRIA E A QUESTÃO DO BGV: UM EXEMPLO DE PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL E A INTERVENÇÃO DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL: SOLUÇÃO OU MEDIAÇÃO DE CONFLITOS?**

### **2.1. A EXPANSÃO PORTUÁRIA E O CASO DE CONSTRUÇÃO DE MORADIAS NO BAIRRO BGV: UM ESTUDO DE CASO ONDE A INTERVENÇÃO DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL FOI REALIZADA**

Para melhor compreensão do tema estudado neste trabalho, tornou-se necessário buscar elementos históricos que apresentem algumas características do município de Rio Grande, bem como mostrar o quanto a relação desse município com o Porto impacta os moradores do BGV já há algumas décadas. Entendemos que, por meio da abordagem histórica, o BGV é atingido por metamorfoses ocorridas no processo de expansão do capital e geralmente tais modificações acabam provocando a remoção desses trabalhadores e o desrespeito aos seus direitos básicos como cidadãos.

Para realizar tal procedimento, utilizamos a bibliografia especializada no tema abordado neste trabalho, bem como trabalhos que abordam a relação entre a cidade de Rio Grande e o Porto. Nações de capitalismo periférico como o Brasil caracterizam-se por um intenso e significativo processo de urbanização que se enfraquece ou se fortalece, com o passar dos anos.

No caso do estudo deste trabalho é importante mencionar que a cidade do Rio Grande possui uma geografia privilegiada no que se refere ao processo de expansão urbana. O município caracteriza-se por estar situado em uma região de restinga, na qual o porto é um dos principais elementos de pujança e de desenvolvimento da cidade, comumente em municípios portuários a presença do capitalismo é mais intensa.

O desenvolvimento das atividades portuárias na cidade do Rio Grande, a partir da segunda metade do século XX, contribuiu para que movimentos de deslocamentos humanos para as áreas adjacentes a tal empreendimento e a constituição do Bairro Getúlio Vargas, o qual resulta do crescimento operacional do Porto e o processo de industrialização correlacionado. Isso faz com que o porto se expanda e o BGV, por sua proximidade com a área portuária, seja atingido.

Ao darmos início à pesquisa deste trabalho, percebemos que dois foram os processos de expansão portuária significativos e que impactaram o BGV, tendo um ocorrido no fim da década de 60 e no início da década de 70 do século XX e o outro na primeira década do século XXI.

Desde o ano de 2007, dentro do projeto de expansão portuária, há a previsão de construção de uma avenida com o objetivo de ligar a Rua Dom Pedro II à BR-392. Para tal empreendimento – que é uma exigência dos padrões internacionais com relação ao tráfego de veículos e visa expandir o acesso ao Porto – foi necessário remover residências de uma área considerável oriunda de processos de ocupação junto ao muro do Pátio Automotivo do Porto e arredores. Buscando criar condições para isso, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Intervenção de Favelas do Governo Federal, foram entregues para os moradores os Conjuntos Residenciais Getúlio Vargas I e II. Ambos abrigam 290 famílias, as quais foram reassentadas e contam com a intervenção e trabalho do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que tem uma sede dentro do Residencial Getúlio Vargas I e da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), através da realização durante 15 meses de um Trabalho Técnico Social (TTS – PAC BGV), o qual atua em três eixos centrais: Mobilização e Organização Comunitária; Geração de Trabalho e Renda e Educação Sanitária e Ambiental. Ainda que os três estejam articulados, a presente proposta de pesquisa tem como foco entender como o Trabalho Técnico Social (TTS-PAC BGV), realizado pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), pode contribuir para o processo de emancipação dos sujeitos considerando a Educação Popular como elemento norteador.

A história de Rio Grande possui uma íntima relação com o porto e com o ambiente portuário. Diversos estudos foram realizados em relação a esse tema, todavia, para a escrita dessa dissertação, foi preciso rememorar o processo de expansão portuária no município de Rio Grande ocorrido na década de 70 e as possíveis semelhanças que o mesmo tem com o que ocorreu nos tempos atuais.

O historiador riograndino Francisco das Neves Alves publicou uma obra chamada *Porto e Barra do Rio Grande: História, memória e cultura portuária*, obra, com dois volumes, que faz um apanhado histórico do porto de Rio Grande e mostra a relação do mesmo com esse município.



Das Neves (2008) fala que a década de 70 foi crucial para o crescimento do município de Rio Grande e para o desenvolvimento comercial do porto riograndino. Por meio da política de industrialização buscada pelo regime civil militar brasileiro, exportar tornou-se um objetivo e, para isso, era preciso modernizar a estrutura portuária a fim de dotar o Brasil de condições de competitividade no cenário do comércio, que se avizinhava na segunda metade do século passado.

É importante analisar essa situação sob o prisma da teoria marxista, a qual se destaca pelo estudo das estruturas do sistema capitalista e sua relação com o meio social.

Argumenta o geógrafo David Harvey (1993) que a acumulação do capital, a partir da década de 70 do século XX, passou por um processo de acumulação flexível da mais-valia, ou seja, a produção de excedente antes restrita ao ambiente local, alcança uma escala global e planetária, sendo que as economias entre as nações tornam-se um pouco mais integradas e interdependentes do ponto de vista econômico.

Domingues (1997) compreende que o porto é o grande símbolo dessa nova fase do sistema capitalista, logo, por mais que o município de Rio Grande negasse ou tentasse evitar, a expansão portuária ocorreria. Concordamos com essa visão, porém ela leva à seguinte problemática: De que forma tal expansão atinge a população local, especialmente a comunidade do bairro Getúlio Vargas, bairro, este, adjacente à zona portuária?

Esse tema acerca da remoção de pessoas do Bairro Getúlio Vargas, apesar de ter ganhado destaque na imprensa riograndina na década de 70 e nos dias atuais, foi pouco estudado. Procuramos trabalhos científicos e artigos que girassem em torno do tema, porém encontramos poucos materiais relevantes. Apesar disso, há um trabalho feito pelo Mestre em Educação Ambiental Diego Mendes Cipriano intitulado *O Bairro Getúlio Vargas e a Grande Faxina dos Anos 70: A Remoção de Moradias e Consequências Socioambientais na Expansão Portuária* (Rio Grande- RS).

Cipriano salienta nesse trabalho que a remoção de moradias no BGV, já na década de 70 do século passado, foi consequência da expansão portuária que ocorreu no município de Rio Grande, já que as moradias eram vistas como entraves para o almejado processo de desenvolvimento portuário.

A remoção de moradias liberaria espaços para a abertura de rua, a construção de silos e armazéns e a edificação dos próprios estabelecimentos portuários

industriais necessários aos grupos econômicos que aí poderiam se instalar. Para o Porto de Rio Grande, era uma oportunidade clara e indispensável ao investimento e movimentação comercial e a ampliação das exportações. (Cipriano, 2013, p. 5).

A citação acima reitera como a cidade de Rio Grande passou por um processo de transformação urbana na década de 70. As pessoas que sofreram o processo de remoção não tiveram seus direitos básicos representados, tendo que abandonar suas casas e serem deslocadas para locais longínquos do Bairro Getúlio Vargas.

Ao levarmos em consideração esse aspecto, percebemos dilemas inerentes a certas situações do sistema capitalista, ou seja, como uma população carente pode reagir a um processo externo economicamente, mas que a atinge internamente?

Carlos Loureiro, estudioso do processo de Educação Ambiental, defende que para se poder resolver a grave crise planetária ambiental vivenciada pelo Brasil e pela sociedade planetária é necessário pensar e atuar em um tipo de Educação Ambiental que seja crítica, popular e emancipatória.

Loureiro (2004) defende que a Educação Ambiental emancipatória é aquela que empodera civicamente os cidadãos e lhes dá a capacidade crítica de pensar e de atuar na sua própria realidade. Nesse sentido, depois de quarenta anos, o município enfrenta o mesmo problema.

Como o processo de expansão portuária não foi totalmente concluído devido às crises econômicas que atingiram o Brasil, quatro décadas depois a problemática ressurge.

A Educação Ambiental Transformadora, de acordo com Loureiro, exige uma abertura a temas relacionados ao cotidiano e à experiência de vida de cada um dos cidadãos.

## 2.2. O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NA COMUNIDADE DO BGV: A ARTICULAÇÃO COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL POPULAR E EMANCIPATÓRIA

O Trabalho Técnico Social caracteriza-se por ser uma metodologia e ao mesmo tempo um tipo de política pública voltada às comunidades mais carentes da população brasileira.

Podemos verificar que, após a estabilização da moeda na década de 90 do século passado, o histórico déficit habitacional brasileiro tornou-se um tema presente na agenda nacional brasileira. Mesmo assim, com a criação do Ministério das Cidades no governo Lula e depois com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a instância federal de poder admitiu o Trabalho Técnico Social como a ferramenta privilegiada para lidar com comunidades carentes.

Três conceitos são colocados como fundamentos do Trabalho Técnico Social. Eles são: participação, microárea / macroárea e intervenção. De acordo com Carvalho (2011, p. 26), os conceitos, apesar das diferenças, estão relacionados.

Por uma questão de esclarecimento científico, decidimos mencionar o significado conceitual das três palavras citadas acima a fim de melhor compreendê-las.

- Participação<sup>8</sup> - Pode ser ativa ou passiva, e coletiva por meio de redes sociais existentes afetadas pela intervenção habitacional. O documento reconhece o direito de dar voz às populações para que expressem seu cotidiano. As ausências, as potências, os arranjos urbanos válidos e que são aspirados por essas populações, se encontram contemplados também. O processo participativo horizontal e democrático é considerado como prática correta.
- Microárea e Macroárea:  
Microárea- onde o Trabalho Técnico Social ocorre;  
Macroárea- integração territorial da população-alvo, seu novo habitat. Estão inclusas nesse conceito as malhas e redes sócio-urbanas;
- Intervenção - Deslocamento involuntário das cidades, Trabalho Técnico Social obrigatório a fim de atender as comunidades carentes, sendo facultativa a expressão de atendimento às famílias da macroárea.

Carvalho (2011) estabelece também 3 fases do Trabalho Técnico Social<sup>9</sup>:

---

<sup>8</sup> CARVALHO, Lizete. Trabalho Técnico Social X Meio Ambiente nos Programas Habitacionais Brasileiros. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tec. Ambiental*, 2011.

<sup>9</sup> Idem.

- Trabalho Técnico Social Preliminar – Momento em que se dá o Projeto do TTS, a escolha do órgão proponente, o repasse financeiro, o financiamento propriamente dito e a autorização para o início das obras;
- Pós-Obras - Apropriação das moradias e sustentabilidade. Momento em que a participação social tem de ser dar no espaço público, no caso nas comunidades atendidas;
- Planejamento e Diagnósticos Participativos- precisam ser cooperativos, por meio de coletas de dados e de diagnósticos. O monitoramento de todos os sujeitos: gestores, técnicos e beneficiários.

O Documento do Ministério das Cidades estabelece como palavras-chave os conceitos de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais. Derivado desse aspecto, o Governo Federal Brasileiro, a partir do ano 2014, admite a habitação como uma política de estado. A Gestão Democrática com participação é o elemento que se destaca nesse processo. (Carvalho, 2014, p. 39-40). Em decorrência desse tipo de política pública, os Eixos Centrais do Trabalho Técnico Social (TTS) são:

- Mobilização- Protagonismo da população onde se dá o TTS;
- Acompanhamento e Gestão da Intervenção – momento em que há a preparação da comunidade para a intervenção ocorrida na comunidade;
- Educação Ambiental e Patrimonial – Patrimônio e Meio Ambiente – entendemos o meio ambiente como todo o patrimônio, ou seja, os elementos materiais e simbólicos que fazem parte tanto da microárea e da macroárea. A busca da qualidade de vida e de uma vida saudável torna-se objeto de referência desse quesito;
- Desenvolvimento Socioeconômico – Que ocorre com geração de trabalho e renda para a comunidade atendida pelo TTS.

A partir da exposição desses elementos, surge o seguinte questionamento: como se dá o monitoramento e a programação do TTS?

Metodologia Participativa - ocorre por meio de gestores, técnicos e beneficiários. Há a obrigação de fazermos os relatórios consecutivos.

Argumenta Maria do Carmo Carvalho:

[...] Nesse relatório serão registradas todas as atividades constantes no projeto aprovado de acordo com a Fase a que se refere, independente de serem custeadas com recursos do repasse financiamento ou de contrapartida, sendo neste caso justificadas as atividades previstas, e não realizadas quando for o caso. (Brasil, 2014, p. 25)

A citação acima reafirma o papel importante dos relatórios no Trabalho Técnico Social. Outro aspecto importante é o conceito de território que, de acordo com Maria Adelaide Souza (2013), é usado em totalidade em um movimento indivisível, uma ação em rede entre os agentes envolvidos na comunidade atendida.

A articulação entre o Governo, Sociedade Civil e as Empresas Produtivas, junto à comunicação entre indivíduos e famílias, onde o engajamento e a qualidade de vida tornam-se elementos a serem buscados, são os processos-chave da metodologia do TTS.

### 2.3. O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL: PERSPECTIVAS TEÓRICO/METODOLÓGICAS NO PROCESSO DE REASSENTAMENTO DAS FAMÍLIAS NO BAIRRO GETÚLIO VARGAS

No Brasil, o Trabalho Técnico Social começa a se tornar evidente na década de 30 do século XX, período no qual, um mutirão de trabalhadores pobres nas principais cidades brasileiras decidiram ocupar loteamentos e construir suas casas. Esses loteamentos em sua grande maioria eram ilegais e não receberam do Estado a devida assistência no que se refere à infraestrutura. O resultado disso foi a degradação ambiental, problemas de saúde e dificuldades de acesso por parte dos habitantes desse local a condições mínimas de cidadania. (Barbosa, 2011)

Nos anos 60 - com a efervescência das discussões das reformas de base - a questão da cidadania, destacando-se o aspecto habitacional, torna-se assunto da agenda nacional. E o Estado brasileiro reconhece a desigualdade do Brasil e o processo de urbanização acelerada presente no país. Decide-se, então, que é necessário intervir para corrigir tal dívida histórica. Processo que é interrompido com o golpe de 64, que acaba por instalar um regime civil militar, inicialmente provisório, que acabou se estendendo por 21 anos.

Ao término do regime militar, os ideais de resgate da cidadania e da valorização da moradia voltam à agenda nacional, mas em outra condição. Pós-regime, o campo de estudos das ciências sociais, os movimentos sociais e os trabalhadores apresentavam um acúmulo sobre o papel do técnico social, que marca a construção de novas finalidades e metodologias para o trabalho.

Apesar de todo esse contexto e do impulso de pesquisas voltadas à habitação e à utilização do Trabalho Técnico Social - o quadro de déficit habitacional do país

ainda é grande. Dados da Câmara Brasileira de Indústria da Construção Civil, disponíveis em [www.cbcdados.com.br](http://www.cbcdados.com.br), revelam que o déficit habitacional no Brasil, no ano passado, foi de 6.068.061 habitações, sendo que 863.030 são precárias. Já no Rio Grande do Sul há 231.881 habitações, mas 21.337 são também precárias. Atribuímos a essa situação, a forte inflação dos anos 80, que, aliada à incapacidade fiscal dos gestores públicos, contribuiu muito para a ineficiência da articulação de políticas públicas. Processo, no qual se evidencia que as populações mais pobres acabaram mais prejudicadas.

Assim, objetivando cumprir as exigências da entidade financiadora Caixa Econômica Federal, o planejamento do trabalho está organizado para se desenvolver em três eixos centrais: Mobilização e Organização Comunitária; Geração de Trabalho e Renda e Educação Sanitária e Ambiental. Nesse processo, cabe registrarmos que, mesmo que os três eixos exijam metodologias diferenciadas, compreendemos que eles acontecem de forma articulada, possibilitando o exercício desse artigo, que busca realizar um esforço reflexivo entorno do papel do técnico social no contexto da remoção das famílias do BGV, situando na correlação de forças entre o empreendedor e a comunidade afetada; quais categorias Freireanas que se apresentam como bases teóricas de uma práxis educativa que oportunize o aprendizado de conhecimentos necessários para construção das condições necessárias à transformação das situações limites que se apresentam no cotidiano do reassentamento.

## 2.4. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL: UM ENCONTRO COM A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO E COM OS CADERNOS DO CÁRCERE

O diálogo entre a Educação Ambiental e a Educação Libertária de Paulo Freire, no Trabalho Técnico Social, articula-se no período histórico em que essa área de atuação se insere no território brasileiro. No período entre os anos de 1930 a meados dos anos 1960, vivenciamos no país um significativo movimento de reformas e avanço das pautas populares no centro da agenda governamental, que se encontra em acelerado processo de urbanização e industrialização, conforme já abordado.

Nesse contexto, Paulo Freire, junto aos intelectuais da educação e militantes dos sindicatos e movimentos sociais, acumula, nas práticas de educação popular, perspectivas metodológicas e métodos que redimensionam o Trabalho Técnico Social, a partir de uma perspectiva libertária.

Na prática, compreendíamos o Trabalho Técnico Social amparado pela pedagogia social, que, no Brasil - devido à influência das escolas libertárias – se construía em um movimento que procura responder perguntas a respeito do processo de integração do indivíduo à sociedade, tanto do ponto de vista teórico como prático (Otto, 2009).

Logo, no trabalho social, a pedagogia opera nas questões existenciais sobre valores, termos de desenvolvimento pessoal, construção da identidade e do crescimento humano (Otto, 2009). A contribuição da teoria freireana nessa área situa-se em combinar a pedagogia do oprimido com os processos de integração do indivíduo, com a intencionalidade comprometida com emancipação.

Nesse movimento, o Trabalho Técnico Social, em especial a partir da década de 80, afirma-se enquanto processo educativo, reduzindo a dimensão assistencialista e imediatista que compunha as práticas exercidas pelo Estado, ao tempo em que se apropriava dos métodos e categorias estruturadas na prática da educação popular.

Através da *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire (1987) afirma que toda ação educativa, que não se pretende bancária, se constitui como processo formativo dos sujeitos e se desenvolve articulado a um movimento omnilateral<sup>10</sup>, dialógico e

---

<sup>10</sup> “Omnilateral é um termo que vem do Latim e cuja a tradução literal significa “todos os lados ou dimensões”. Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico”. (FRIGOTTO, 2012, p. 265)

essencialmente mediado pelas questões e estruturas que montam e remontam o mundo real. Ou seja, toda educação acontece entre os sujeitos que se relacionam entre si, mediados pelo ambiente que os forma ao tempo que pelos próprios sujeitos são formados.

No cotidiano da remoção das famílias no bairro Getúlio Vargas, as experiências formativas são desenvolvidas a partir desse movimento teórico/prático. Nesse processo, o diálogo encontra-se no compromisso com o desvelamento da realidade, na evidência das situações limites que condicionam os sujeitos em processo de remoção.

Dessa forma, evidenciamos, através do diálogo, a compreensão de seres inconclusos e, por isso, aprendentes em constante movimento de desvelamento dessa sociedade. Processo que, segundo Freire (1987), ocorre num movimento de ação-reflexão-ação, baseado no comprometimento com o amadurecimento da leitura de mundo de todos sujeitos que se encontram envolvidos na ação educativa.

Essa perspectiva teórica/metodológica articula-se com o campo da Educação Ambiental, com ênfase nas reflexões de Guimarães (1996), ao denunciar que o ambiente no currículo da educação formal só é necessário, porque, a educação ainda não dialoga sobre essas questões. Ou pelo menos, ainda conserva, do processo educativo, uma compreensão cartesiana fundamentada na racionalidade que nos mantém subordinados à lógica eurocêntrica, que outorga aos senhores do Capital, o domínio, a exploração e a destruição de toda natureza viva.

Porém, no contexto da educação não formal - fundada no pé da comunidade sob as bases da injustiça ambiental - a educação no ambiente assume-se eminentemente enquanto ato político e, como já vimos, constitui-se como instrumento de desvelamento da realidade que tem por conteúdo de diálogo as situações limites vivenciadas pelos sujeitos envolvidos.

Para Loureiro (2004), a Educação Ambiental é transformadora e emancipatória quando empodera civicamente os cidadãos, capacitando-os criticamente no processo de atuação em sua própria realidade. Ainda para o autor, a Educação Ambiental Emancipatória exige uma abertura a temas relacionados ao cotidiano e à experiência de vida de cada um dos cidadãos.

Assim, afirmamos, diante do exposto, que a perspectiva da educação popular, articulada metodologicamente com a prática do Trabalho Técnico Social, potencializa



o desenvolvimento da Educação Ambiental Crítica, Transformadora e Emancipatória. E, coloca como desafio a construção de um processo formativo que define práxis revolucionária (Vázquez, 2007), que visa a um horizonte emancipatório, e busca transformar o *status quo* (Loureiro, 2012), que luta por justiça ambiental (Acsehrad, 2005), articulando-se na coletividade para reconstrução do sujeito consciente, e, capaz de intervir na sociedade com ciência e domínio das ferramentas necessárias à construção de alternativas.

Trata-se de um processo educativo articulado à defesa do princípio de indissociação entre corpo-mente-sociedade-natureza, entendidos de maneiras diversas; esses encontram-se em sintonia com as proposições de Paulo Freire e de autores que atuam no campo da psicologia dialética histórica (Wallon, Reich e Vigostsky), cada um com sua especificidade teórica (Loureiro, 2004).

O Trabalho Técnico Social (TTS), junto com o conceito de Educação Popular trabalhado e problematizado por Paulo Freire, visa garantir a possível emancipação dos sujeitos dentro do campo da Educação Ambiental Crítica, Transformadora e Emancipadora, conforme defende Loureiro. Sem dúvida, esse é o grande desafio a ser vivenciado pelo pesquisador envolvido no processo de remoção de moradias do BGV.

Ao se levar em consideração esse aspecto, percebemos os dilemas inerentes a certas situações do sistema capitalista, ou seja, como uma população carente pode reagir a um processo externo, mas que a atinge internamente? O Trabalho Técnico Social tem uma longa história. Ele nasce como ideia na segunda metade do século XIX, período no qual os primeiros efeitos da revolução industrial começaram a ser percebidos.

De acordo com Hans-Uwe Otto (2009), o trabalho social surge com o nome de pedagogia social, termo mais conhecido em nações ricas do mundo como os Estados Unidos, França e Alemanha.

Com a situação de pobreza e de desigualdade decorrentes da urbanização e da industrialização geradas pela revolução industrial, intelectuais como Comenius, Froebel e Pestalozzi pensavam em medidas cujo objetivo era resolver essa problemática.

Tais intelectuais pensavam na forma como a educação poderia ser uma forma de modificação da própria sociedade. Entende Otto (2009, p. 31), desde a Grécia Antiga, ou seja, no período onde Platão e Aristóteles tinham o destaque social, que a educação faz parte da noção ética e da ideia de cidadania.

Evidentemente essa noção era restritiva, pois eram considerados cidadãos na Grécia Antiga, indivíduos ricos e pertencentes ao sexo masculino.

A modificação significativa, segundo o autor citado acima, ocorreu não na época do Renascimento, mas sim no período Iluminista, tempo no qual a política é entendida não mais somente como a arte do comando, mas também com a garantia de direitos sociais.

A Pedagogia, como ciência, surge na esteira do Iluminismo, todavia inicialmente a sua função é voltada para a arte do ensino formal e da escolarização. Mesmo assim, já no final da segunda metade do século XIX, a situação começa a se modificar. Crianças pobres, frutos de estupro, provenientes de famílias desestruturadas ou até mesmo casos de menores infratores, fizeram com que fosse debatido como a educação poderia ajudar se não para resolver, pelo menos minorar tais efeitos.

Otto (2009) concebe que a primeira metade do século XX vê o surgimento de algumas experiências escolares diferentes do modelo da escola formal tradicional. Vemos nessa época o estabelecimento de escolas anarquistas, socialistas ou até mesmo recreativas. Escolas religiosas também adquirem pujança nesse período histórico, notadamente as relacionadas à Igreja Católica.

Somente com o fim da Segunda Guerra Mundial, a ideia de trabalho social ou pedagogia social sofre alterações.

Isso ocorreu porque<sup>11</sup>:

- Houve muitas mortes geradas pela guerra;
- Diversas regiões e cidades encontravam-se dizimadas devidos a mortes, lançamentos de bombas e separações de casais decorrentes do fim do conflito bélico;
- Ocorreu, antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, o processo de expansão da escola pública no continente europeu.

---

<sup>11</sup> OTTO, Hans-Uwe, et al. **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte, 2009.

Com a escola fazendo parte da realidade de parte significativa da população europeia, era previsível que os principais intelectuais e líderes políticos da época vissem a escola como sendo uma instituição social que tinha um papel a cumprir.

A Alemanha foi a nação onde a pedagogia social voltada ao público infanto-juvenil, inicialmente se desenvolveu.

Esse tipo de pedagogia caracterizou-se<sup>12</sup> pelo caráter:

- Holístico- Via o Ser Humano como um todo;
- Caráter minimamente assistencial- garantia aos alunos em condições de vulnerabilidade o direito à alimentação e o acesso à saúde;
- Tinha um caráter formativo e de orientação de vida.

Posteriormente, outros países europeus inspiraram-se no exemplo alemão, ocorrendo hoje significativos avanços no campo da pedagogia social na Espanha, Suíça, Dinamarca, sendo que os países nórdicos foram onde isso teve maior destaque.

Ao relacionarmos o Brasil, a situação segue um percurso um pouco diferente das nações europeias.

O movimento da Escola Nova já buscava pensar o espaço escolar, além da função instrutiva. A tentativa de aproximar o currículo escolar da realidade do aluno derivava dessa ideia. Apesar disso, o momento no qual a pedagogia social ganha arcabouço teórico e prático no Brasil ocorreu com Paulo Freire.

Mesmo assim, a influência de Antônio Gramsci especialmente dos conceitos de hegemonia e de contra hegemonia, fundamenta o Trabalho Técnico Social brasileiro.

Gramsci (2001) compreende a hegemonia como a capacidade de liderar, de orientar, de criar um domínio na opinião pública tornando uma ideia ou um conjunto de ideias algo em voga. A contra hegemonia seria a negação disso, portanto caberia aos grupos populares se oporem a esse processo, mas isso não se daria de modo extemporâneo ou de um momento para outro. Exigiria a presença do intelectual orgânico, aquele que vai a campo, se insere na realidade da comunidade estudada, vivencia com ela seus dramas, objetivos, estratégias e metas a fim de poder ajudá-la. Se inicialmente essa ideia esteve mais próxima de ciências, como a sociologia e o serviço social, atualmente o Trabalho Técnico Social é uma das metodologias mais

---

<sup>12</sup> Idem.

apropriadas e utilizadas em comunidades carentes, sendo um instrumento eficaz para problematizar e revelar a grave e persistente desigualdade social brasileira, ainda longe de solucionar os conflitos sociais de correntes dessa desigualdade.

HEGEMONIAS E CONTRA HEGEMONIA O PROCESSO DE  
ATUAÇÃO DOS MORADORES DO BGV PÓS-OCUPAÇÃO DO  
TRABALHO TÉCNICO SOCIAL



“[...] poder do povo. Poder que se arma de participação do intelectual, (o cientista, o professor, o estudante, o agente da pastoral, do trabalhador social e de outros profissionais militantes) comprometidos de algum modo com a causa popular.”

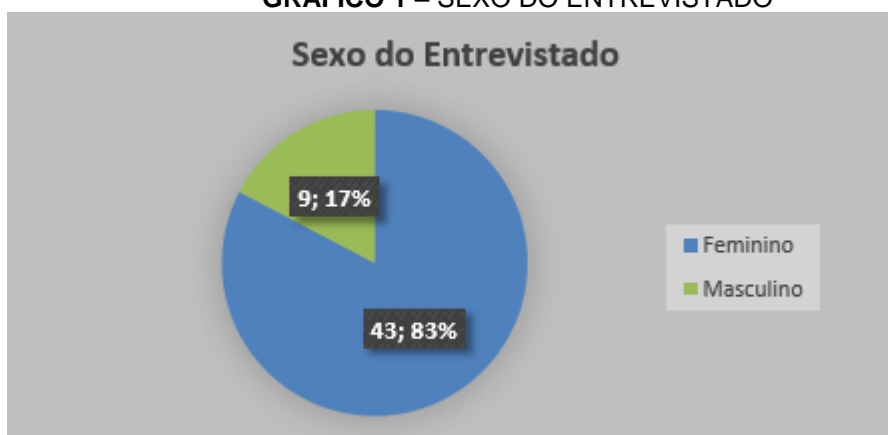
(Brandão, 1982, p. 10)

### 3. HEGEMONIAS E CONTRA-HEGEMONIA O PROCESSO DE ATUAÇÃO DOS MORADORES DO BGV PÓS-OCUPAÇÃO DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL

#### 3.1. A CARACTERIZAÇÃO DOS MORADORES DO BGV NOS LOCAIS ONDE OCORREU O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA

O Trabalho no bairro BGV que realizamos ocorreu com 52 famílias que foram atingidas pelo processo de expansão portuária. Para caracterizar os moradores do BGV, me utilizei de resultados da pesquisa realizada por um grupo de mestrandos do PROFIP FURG, da qual participei como entrevistador e que tinha por finalidade compreender a posição dos moradores. Seguem abaixo alguns dados coletados em relação às famílias entrevistadas.

**GRÁFICO 1 – SEXO DO ENTREVISTADO**



FONTE: Artigo<sup>13</sup> acadêmico de mestrandos da PROFIAP / FURG (2017)

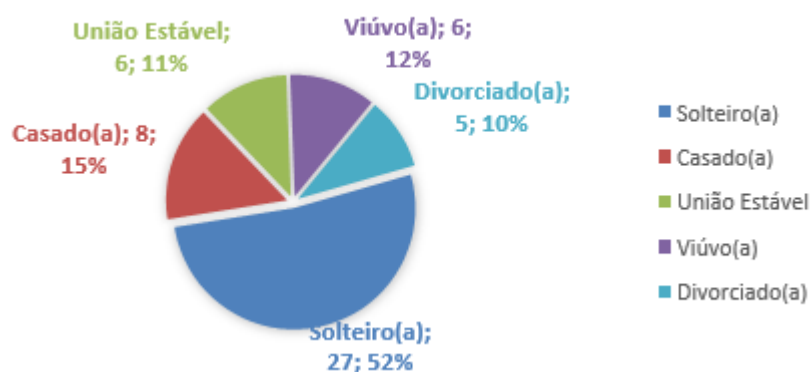
**TABELA 1 – Sexo do entrevistado**

Sexo do Entrevistado	Quant.	%
Feminino	43	83%
Masculino	9	17%
<b>TOTAL</b>	<b>52</b>	<b>100%</b>

FONTE: Artigo acadêmico de mestrandos da PROFIAP / FURG (2017)

<sup>13</sup> Extraído de: GOULART, Aline; MAUCH, Jéssica; COSTA, Jozeneidi et al. **Um diagnóstico da gestão de projetos: o caso do PAC BGV**. 2017. PROFIAP, FURG, Rio Grande, 2017.

GRÁFICO 2 – ESTADO CIVIL



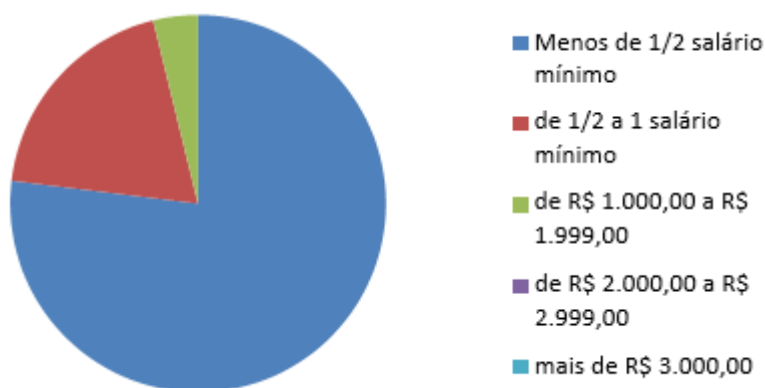
FONTE: Artigo acadêmico de mestrados da PROFIAP / FURG (2017)

TABELA 2 – Estado Civil

Estado Civil	Quant.	%
Solteiro(a)	27	52%
Casado(a)	8	15%
União Estável	6	12%
Viúvo(a)	6	12%
Divorciado(a)	5	10%
<b>TOTAL</b>	<b>52</b>	<b>100%</b>

FONTE: Artigo acadêmico de mestrados da PROFIAP / FURG (2017)

GRÁFICO 3 – RENDA FAMILIAR PER CAPITA



FONTE: Artigo acadêmico de mestrados da PROFIAP / FURG (2017)

TABELA 3 – Renda familiar per capita

Renda familiar per capita	Quant.	%
Menos de 1/2 salário mínimo	40	77%
de 1/2 a 1 salário mínimo	10	19%
de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.999,00	2	4%
de R\$ 2.000,00 a R\$ 2.999,00	0	0%
mais de R\$ 3.000,00	0	0%
<b>TOTAL</b>	<b>52</b>	<b>100%</b>

FONTE: Artigo acadêmico de mestrados da PROFIAP / FURG (2017)

Notamos, nos dados acima, que há um predomínio de mulheres na comunidade do BGV, sendo grande parte delas solteiras e divorciadas. Constatamos também que grande parte da população do bairro estudado é pobre e muitas das pessoas vivem em condições econômicas adversas e de miserabilidade. Ao nos darmos conta dessa situação, é preciso que diferenciemos a pobreza da miséria. Ambas são frutos de um modelo injusto de distribuição de renda, no qual alguns grupos vivem em condições adversas e não conseguem obter a quantidade de renda necessária para uma existência digna. Maricato (2001) diferencia pobreza da miséria. Enquanto a pobreza estaria caracterizada pela capacidade de possuir poucos recursos materiais, dentre eles, dinheiro a miséria é a ausência de condições mínimas de subsistência, tais como falta de casa, comida e condições sub-humanas de vida.

Freire (1975) sempre mencionou que as populações mais pobres conhecem a “ética da escassez”, ou seja, vivem com poucos recursos e reconhecem a situação de desigualdade econômica à qual estão relegados. Freire enxergava a postura do explorado por meio de dois comportamentos característicos. Um é o da passividade histórica, reconhecendo que a situação é inevitável e difícil, para muitos ela é impossível de ser transformada, e para outros, apesar das dificuldades, ela é passível de resolução ou atenuação. Evidentemente no campo da educação ambiental popular e libertária não trabalhamos com a noção de resolução de conflitos, porque entendemos a sociedade capitalista como uma sociedade que tende a criar conflitos por si só, todavia exemplos históricos de empoderamento popular não impedem os sujeitos mais depauperados, do ponto de vista econômico e simbólico, de mudarem a sua situação.

Maricato (2001)<sup>14</sup> advoga a tese de que o capitalismo brasileiro e latino-americano, capitalismo de viés dependente e subdesenvolvido tem uma particularidade, que é o acesso deficitário dos setores mais pobres à cidade, especialmente aos centros urbanos. Ao fazermos a analogia com o caso do Bairro Getúlio Vargas, percebemos que essa questão da ocupação do espaço e da exclusão do mesmo se dá de modo preciso e articulado. Quanto mais próximo da zona portuária, local onde circulam as mercadorias e o próprio dinheiro decorrente das transações

---

<sup>14</sup> MARICATO, Ermínia. **Realidade e Habitação de centros urbanos e habitação social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.



comerciárias e portuárias, maior é a miséria e as condições de vida indigentes das populações.

Nas entrevistas realizadas, percebemos diversas reclamações dos moradores que foram para os condomínios construídos pela prefeitura de Rio Grande. Nessas destacaram-se como reclamatórias os seguintes assuntos:

- Falta de Segurança Pública;
- Falta de Condições de Saneamento Básico (falta de água, esgoto tratado, falta de luz e de higiene);
- Condomínios apresentam problemas de infraestrutura tais como vazamentos, infiltração, dentre outros;
- Condições de higiene ruins, devido ao cocô de animais e ao descarte de materiais e resíduos, o que forma uma grande quantidade de lixo que polui e enfeia o local onde os condomínios estão situados;
- Inexistência de projetos de geração de renda;

Segue abaixo a entrevista realizada com a líder comunitária chamada sujeito A.

**QUADRO 1 – Entrevista Sujeito A / 38 anos**

FONTE: Artigo acadêmico de mestrandos da PROFIAP / FURG (2017)

PERGUNTA	RESPOSTA
<p><b>A senhora recebeu o que esperava?</b></p>	<p>“Não, nós esperávamos os condomínios, os apartamentos novos né? Algo que tu espera quando recebe uma obra nova, esses apartamentos são novos, a gente espera chegar aqui e não tem os problemas que eles apresentam diariamente né? Pensava assim, vou sair de lá, que eu morava no meio do barro com a água entrando na minha casa, com a água entrando por cima da minha casa, vou encontrar uma coisa bem melhor, mas não é isso que aconteceu quando eu cheguei aqui, a realidade foi bem diferente.”</p>
<p><b>A senhora está mais satisfeita ou insatisfeita com o que recebeu?</b></p>	<p>“Insatisfeita, bem insatisfeita. Muita infraestrutura apresenta, a maioria dos condomínios, diariamente são 5</p>

	<p>reclamações de apartamentos apresentando defeitos, infiltração, vazamento, elétrica, sabe, então todos os dias a gente anota aqui e tenta passar pro técnico, mas tá difícil.”</p>
<p><b>O que melhorou e o que piorou devido a tua mudança?</b></p>	<p>“Pra mim o que melhorou é que a gente não convive mais com umidade, que convivia dentro da casa da gente, até porque eu moro no quinto andar, meu apartamento apresentou poucos problemas, mas os outros sim, bem mais problemas do que o meu, mas assim ó, a gente não tem mais umidade, dentro da casa pelo chão, não chove também, mas assim ó, fora isso, muita coisa, pouca coisa mudou dessa situação.”</p>
<p><b>Na tua opinião, o que poderia ser feito para melhorar as situações atuais dos moradores do PAC?</b></p>	<p>“Pra começar assim, tinha que vir o pessoal e trabalhar mais, dedicar mais, assim ó, no conserto dos apartamentos, pessoal da prefeitura, que é o que tá fazendo os consertos agora, os reparos, é o pessoal da prefeitura, serviços gerais da prefeitura, elétrico, vidraceiro, encanador, todos eles, eles que fazem.</p> <p>Eles não deram uma data pra nós, até porque eles não sabem o que vai ser consertado, porque eles consertam em um lado, e eles voltam 2, 3, 4 vezes pra consertar de novo, ou porque não fica o trabalho bem acabado, ou realmente a obra apresenta mais danos que a gente imaginava que ia apresentar, é aquele tal de bolo que foi batido a sete mãos, sete mão, porque, cada um mexia um pouco aqui, um pouco ali, então tu não sabe o que é o que.</p>

	<p>Meu contato é mais com o Secretário da Habitação, Gilmar, quando eu consigo falar com ele, porque ele vem, ele faz promessa, ele chega aqui, ele anota em um papel, aí ele vai embora e não volta mais. Eu fico com a gravação do Whatsapp que eu tenho com ele, que eu tenho várias conversas com ele, áudios com ele, no whatsapp, as respostas que ele me manda, quando ele me manda, as respostas que ele manda.”</p>
--	--

Percebemos que as palavras da entrevistada, Sujeito A, desempenham o papel que Antônio Gramsci chamava de intelectual orgânico. Gramsci (1978) entendia o intelectual orgânico como o indivíduo que desempenha o papel de líder e que sabe compreender o contexto onde está inserido e as características do mesmo. Para o intelectual italiano, era necessário fazer transformações sociais de modo lento e contínuo, diferente do pensamento da tradicional escola marxista que pregava a ditadura do proletariado e o grande conflito de classes, a fim de reduzir as desigualdades.

Dando sequência à entrevista, realizaram-se mais perguntas e a entrevistada Sujeito A posicionou-se. Seguem abaixo quais são elas.

<p><b>E o teu trabalho enquanto síndica, como tu avalias isso?</b></p>	<p>“Assim ó, o meu maior problema, fora a infraestrutura dos apartamentos, é a segurança aqui dentro, porque aqui nós ficamos localizados entre a rua 1 do bairro Getúlio Vargas e a rua 5, que todo mundo sabe que são bem perigosas, né, apesar de ser o tráfico toda hora da brigada militar, eles não entram aqui, a brigada militar não faz uma ronda aqui dentro, ai aqui a gente cada morador tem que prover a sua segurança, então meu maior problema depois da infraestrutura</p>
--	--

é a segurança, não temos muros, os portões são precários, a tela é baixinha, e baixa, é uma tela de 1,20 metros, uma criança pula ali, então assim ó, eu como síndica, o que eu peço sempre, eu vou atrás do porto, se o porto pode nos ceder muros, e hoje eles nos falaram que não, que eles estão com uma batalha judicial também com a prefeitura, e com a habitação, na justiça, porque a habitação não cumpriu o papel dela com eles, então eles acham também que eles não tem que cumprir e nem ajudar nós, que de um modo ou de outro eles vão estar fazendo o papel que é da prefeitura e da habitação. E aí a gente procura curso para as crianças, aqui dentro, escolinhas que se interessem em dar aula aqui dentro, a gente precisa de doação de alimentos, a gente precisa de doação de material didático, porque nós não temos mesa na sala do síndico, nós não temos assim ó, computador, impressora, nem sequer nós tínhamos caneta, é que nós compramos do nosso bolso, né, aí conseguimos que o técnico social da FURG nos doasse algumas canetas, alguns cadernos, mas é tudo doações que vivemos atualmente, porque nós não temos nada, esse suporte a prefeitura não nos deu, nem a habitação, e ontem ele disse pra nós que não iam dar, nós não temos produtos de

	<p>limpeza pra limpar os corredor, eles vieram aqui, largaram nós, e não nos trouxeram nada disso, eu já pedi em vários áudios que eu vou te mostrar tu vai ver, peço incessante produtos de limpeza pra poder fazer a manutenção desses corredores, tudo cheio de coco de animais, de pomba, de cachorro.”</p>
<p><b>A entrada desses animais aqui no condomínio não foi orientada?</b></p>	<p>“Foi, foi orientado, foi assim, durante 10 anos, foi conversado que seria aceito animais no condomínio, alguns dias antes da mudança, a coordenadora dos animais, a Fátima, ela procurou, quando começou a remoção, procurou junto com o pessoal da remoção, os moradores e disseram, não pode deixar o teu cachorro aqui na área, porque se tu não levar tu corre o risco de ser presa, as pessoas se assustaram e trouxeram os animais, que estão amarrados nas grades, dentro das caixas do gás, estão em situações de doenças, sarna, de carrapato, de pulga, estão com virose, estão perdendo pedaços do couro, essa é a situação atual aqui do nosso condomínio.”</p>
<p><b>Também não foi conversado com a prefeitura de trazer aquele castra móvel aqui pra dentro?</b></p>	<p>“Tem, tem o castra móvel, ela esteve aqui no sábado, a Fátima, coordenadora dos animais, teve aqui, trouxe um veterinário para ver os animais, e agendou a castração desses animais, alguns já tinham sido até, mas outros vão ser castrados, mas o problema é assim ó, é uma demanda muito grande de animais, são animais grandes,</p>

	<p>atualmente 36 cachorros, dentro do condomínio, 8 gatos, mas tudo dentro das casas, os cachorros sim que estão na rua, é o terceiro problema que temos aqui no condomínio, infraestrutura, segurança e os animais. Que alguns donos abandonaram uns aqui embaixo, os outros que estão no corredor estão tendo tudo que é problema.”</p>
--	---

Terminado esse momento, a entrevistada posicionou-se sobre a situação dos moradores após a ida para o condomínio. Percebemos na fala da mesma que, apesar da obtenção do imóvel, a situação dos moradores do ponto de vista social, pouco se alterou.

Diante da situação de vulnerabilidade social, a qual parte dos moradores do residencial Getúlio Vargas I e II vivencia, posicionamos a entrevistada, no segundo áudio, que disse:

Conforme eles ganham, eles comem, 160 moradores eu tenho aqui, capacidade para 220, eu tenho 160 por enquanto, 160 famílias desculpa, 160 apartamentos que estão ocupados, destes 160 eu tenho 15 que estão, 15 famílias que estão em situações vulneráveis, 8 em extrema vulnerabilidade, aqueles assim, que se não sair pra rua pra catar alguma coisa eles não tem nem pra comer, não tem nem pra comer, até porque nós não temos renda ainda, né, nós a recém, a gente tem um projeto de abrir uma cooperativa, mas até a cooperativa a gente precisa de dinheiro, pra começar. (Entrevistado Sujeito A)

A originalidade de Loureiro (2004) foi pensar a Educação Ambiental Transformadora que pudesse reconstituir a importância do sujeito como ferramenta de estudo social, onde o local, o regional, o nacional e o global estejam devidamente interligados.

Em Educação Ambiental, o resgate é a defesa do princípio de indissociação entre corpo-mente, sociedade-natureza, entendido de maneiras diversas; esse se encontra em sintonia com outras proposições de Paulo Freire e de autores aqui não utilizados, os quais são do campo da psicologia dialética histórica (Wallon, Reich e Vigostsky), cada um com sua especificidade teórica (Loureiro, 2004. P. 151).

Marcos Reigota, outro pensador da educação ambiental brasileira, historiciza o processo pelo qual a Educação Ambiental emerge como um campo de estudos fecundo no Brasil.

Reigota (2009) fala que a Educação Ambiental é decorrência da conscientização das mazelas geradas pelo processo de industrialização capitalista entre a primeira e a segunda metade do século passado. Iniciando-se com a Conferência de Roma e culminando com a Rio-92, a educação ambiental tornou-se não só um conceito conhecido no meio acadêmico como ensejou práticas e projetos ao redor do Brasil e do mundo.

Por uma questão de delimitação do tema, a bibliografia deste trabalho ater-se-á preferencialmente a questões locais e nacionais, todavia sabemos que a perspectiva global, os conflitos gerados pelo sistema capitalista e a luta pela moradia popular contra o processo de especulação imobiliária. (Falta alguma coisa!)

Reigota (2009) expõe que, após o fim da Conferência Ambiental do Rio de Janeiro ocorrida em 1992, duas perspectivas se firmaram como paradigma na Educação Ambiental. A primeira é de viés conservacionista e preservacionista, estando bastante em voga durante a década de 90 do século passado; a segunda surgiu após a Eco 92 e tem seu enfoque voltado aos movimentos de cidadania, por meio de uma perspectiva crítica, pedagógica e política.

Evidentemente, ao término do primeiro subtítulo do primeiro capítulo, reafirmamos a existência de outras entrevistas. Escolhemos a entrevista do Sujeito A como objeto do primeiro subtítulo do segundo capítulo pelo fato da mesma representar a liderança de uma comunidade sofrida e explorada pelo capital portuário. A fala do Sujeito A e seu engajamento reverberam características peculiares das famílias integrantes dos residenciais Getúlio Vargas I e II. São as seguintes:

- A proposta de construção de condomínios não conseguiu dar fim ao conflito entre a situação dos trabalhadores e a dinâmica do capitalismo do porto de Rio Grande;
- A existência dos condomínios financiados pela Caixa e intermediados pela Prefeitura não levou em conta aspectos próprios da Educação Ambiental de viés popular e emancipatório;
- A questão da emancipação nessa comunidade ainda é um longo caminho a ser percorrido. Não podemos falar em emancipação, quando há miséria e falta de condições básicas para uma sobrevivência minimamente digna;

- A presença superior de mulheres, em relação aos homens, evidencia, além de um recorte econômico em relação à desigualdade existente na comunidade estudada, uma questão de gênero a ser analisada e articulada através do modelo de análise utilizado nesta dissertação;
- O Trabalho Técnico Social vive numa realidade dualista. Se ao mesmo tempo ele garante a possibilidade de mitigar conflitos e de possibilitar, a essas populações, a possibilidade de se expressarem e de cobrarem do poder público possíveis soluções para seus dilemas, algo fortemente presente na fala da entrevistada Sujeito A; os agentes do TTS reconhecem as dificuldades existentes na comunidade e que o processo de uma educação ambiental popular e emancipatória está longe de ser concretizado, frente às dificuldades vividas pela comunidade e pela falta de uma articulação mais coesa entre Prefeitura, Universidade, Caixa e População.

Feito esse aspecto, no próximo subtítulo, retomaremos as análises das entrevistadas, problematizando as questões da contra-hegemonia e do papel do agente do Trabalho Técnico Social como Intelectual Orgânico.

Otto (2009) menciona que o profissional que atua no TTS vive sempre uma realidade dualista. Simultaneamente, ele sabe que não pode mudar a realidade, mas reconhece que sua atuação é necessária. Como o profissional que convive com a comunidade, que vivencia as dificuldades da mesma, não se comoverá com o que vê? Como seu trabalho e sua reflexão não são frutos de um processo de reconhecimento da própria realidade?

Neste sentido, o TTS pode ser visto pelo senso comum como um modo de resolução da condição de miserabilidade e de desestrutura social dos moradores dos Residenciais Getúlio Vargas I e II, todavia diante de um pensamento mais complexo compreende-se que para uma transformação da realidade analisada nessa dissertação são necessárias ações articuladas, bem como uma transformação do próprio sistema capitalista e sua compreensão em relação a questão do meio ambiente, porém a transformação não se dará por si só, logo é necessário que hajam experiências como as analisadas nesta pesquisa, porque a presença de estudos como este facilitam a mudança dessa triste realidade social.

### 3.2. O INTELLECTUAL ORGÂNICO: UM EXEMPLO DE CONTRA-HEGEMONIA

No início da entrevista, mostramos a importância da líder comunitária Sujeito A, indivíduo que assume o papel de líder comunitária dos residenciais BGV I e BGV II. Em vista disso, identificamos alguns aspectos importantes na fala da líder comunitária.



A qual tem consciência do processo de exploração sofrido pela população, em cujo bairro essa comunidade está inserida.

A entrevistada assume um papel crítico frente à construção dos condomínios residenciais. Nesse ponto, o conceito de contra hegemonia encontra-se presente. Para Gramsci (1978), a contra hegemonia ocorre a partir do momento em que um grupo de pessoas adquire consciência de sua situação de exploração e desvantagem frente a um grupo hegemônico e decide reivindicar mudanças. Os moradores do BGV vivem um processo dialético do ponto de vista desse conceito gramsciano. Ao mesmo tempo em que muitos dos moradores reconhecessem a exploração à qual estão submetidos e exigem soluções para tal, principalmente do poder público municipal, outra parte dos entrevistados desconhece ou não consegue compreender a complexidade desse processo.

Para Gramsci, o discurso contra hegemônico só adquire força a partir do momento em que as pessoas descontentes com a realidade à qual estão inseridas decidem se unir e levar adiante suas reivindicações e desejos. Partindo desse pressuposto, vivenciamos uma situação contraditória: Há duas posturas contra hegemônicas frente ao processo de expansão capitalista, nas quais os moradores dos residenciais Getúlio Vargas I e II estão inseridos. Uma é a da líder comunitária Sujeito A que reconhece que esse crescimento econômico pouco significa em termos de desenvolvimento para a comunidade. A outra é a dos profissionais que atuam no TTS, dentre eles o autor desse texto. Segue abaixo uma segunda entrevista, a qual corrobora para a análise deste capítulo.

**QUADRO 2 – Entrevista Sujeito B / 16 Anos**

FONTE: Artigo acadêmico de mestrados da PROFIAP / FURG (2017)

PERGUNTA	RESPOSTA
<b>Tu recebeu o que esperava?</b>	“Claro, da hora o apartamento. ”
<b>De um modo geral tu está mais satisfeito com o que recebeste ou insatisfeito?</b>	“Satisfeito! ”

<b>O que melhorou e o que piorou na sua vida com essa mudança?</b>	“Olha, piorou, piora não, nosso apartamento tá tudo direitinho, as pessoa na volta (indefinível)”
<b>Na tua opinião o que tu acha que podia ser feito aqui pra melhorar?</b>	“Podiam cuidar esses cachorros, cuidar esses andar que está tudo cheio de fralda cagada, vários bagulho que estão largando, cuidar da limpeza assim das coisas, que não tão cuidando muito.”

**QUADRO 3** – Entrevista Sujeito C / 33 Anos

FONTE: Artigo acadêmico de mestrandos da PROFIAP / FURG (2017)

<b>PERGUNTA</b>	<b>RESPOSTA</b>
<b>A senhora recebeu o que esperava?</b>	“Que fosse um pouco diferente, não a história que a gente tá vivendo aqui dentro.”
<b>A senhora está mais satisfeita com o que recebeu ou insatisfeita?</b>	<p>“Olha, insatisfeita, eu não queria sair da minha casa, porque assim ó, pela moradia de muitos, no caso, moradia precária, gente morando dentro de casa, mas com água pelo joelho, pela canela, vamos colocar assim, a minha casa era uma casa boa, se eu te disser que era ruim, não era. Era uma casa boa com 3 quartos, sala, cozinha. Mas assim ó, lá a gente tinha segurança, por mais que fosse BGV como tudo mundo fala, o BGV, mas lá a gente tinha segurança, aqui a gente não tem segurança nenhuma.</p> <p>Aqui a gente está à deriva, foi largado de paraquedas aqui dentro, e aí assim, tu entrou pra dentro de um apartamento, achando que estava tudo direitinho, aí tu não tem água, tu não tem luz. Quando tu vai tomar banho, o chuveiro de muitos não abria. Ia tomar uma água, não tinha água na torneira, tava com isso e com aquilo, aí tá, tá tudo direitinho, aí mais uns dias, começa a chover dentro do apartamento, com infiltração, com isso e com aquilo, bahh, infiltração a gente pensava, se tiver um dia vai ter no quinto andar, não, é em todos, a água chega a escorrer assim que as pessoas tão.”</p>
<b>O que melhorou na sua vida com essa mudança?</b>	“Nada, nada, nada, é triste, que nem ontem, tava ali falando com ele, e ele (Gilmar – Secretário da Habitação) nos falou que nada nos prometeu, é revoltante, vontade de chorar, a promessa disso, não prometi nada, não prometi nada pra vocês, quando a

	<p>gente escutou o áudio, o áudio não saiu, que acho que mais na hora do nervosismo, coisa lá, porque eu não prometi nada.</p> <p>Cadê o muro que ele nos prometeu? Cadê a segurança que ele nos prometeu aqui dentro? Nada disso, ele disse assim, vocês queriam tanto vir aqui pra dentro, vocês não souberam esperar, esperar quanto, mais 10 anos, esperar 10 anos pra esse pessoal todo.”</p>
--	--

Já no início da fala da entrevistada Sujeito C, percebemos o desencanto dessa moradora com o Residencial. Notamos que ela não admite um discurso entusiasta quanto ao condomínio, reconhece a existência do mesmo, porém compreende que não houve melhorias significativas em sua vida e na da sua comunidade. Novamente há a presença da contra-hegemonia na fala de mais um dos moradores dos residenciais. Diante disso, nos questionamos, fazendo analogia com o princípio gramsciano o que seria a hegemonia?

Para Gramsci (1978), o pensamento hegemônico é aquele das classes dominantes e das elites econômicas. No caso analisado, o discurso hegemônico pertence à elite portuária e à elite imobiliária do município de Rio Grande que justificam a expansão portuária como sendo benéfica para o município riograndino por representar progresso, crescimento e geração de empregos. Tal discurso é tão forte que os principais grupos midiáticos da cidade de Rio Grande como RBS TV, Jornal Agora e Rádio Oceano não só veiculam, como reforçam tais argumentos, que se espalham a diferentes segmentos da população. Há, então, a construção de um consenso social, ou seja, da noção de que esse processo é benéfico e inevitável, não havendo possibilidade de questionamento. A partir do momento em que esse benefício é negado ou no caso da entrevistada Sujeito C que, de modo análogo ao do Sujeito A, questiona isso, há a presença de uma noção contra-hegemônica. Dando sequência a isso, a quarta e última perguntas feitas ao Sujeito C ratificam a percepção de um discurso que se aproxima de uma noção contra-hegemônica em um espaço de conflito territorial, econômico e político, como os residenciais Getúlio Vargas I e II.

<p><b>A senhora tem alguma sugestão de melhoria?</b></p>	<p>“Bahhh, olha, vai ter que ser feito muita coisa, vai ter que ter segurança, vai ter que ter muro, vai ter que ser assim ó, muita paciência, pra tentar botar o pessoal que ainda não conseguiu se adaptar, que tão morando, por</p>
--	--

	<p>mais que a aparência não seja muito bonita, por fora, mas que tão morando no condomínio, que tem regras, os animais mesmo soltos, cachorro, fezes pra tudo que é lado, tens que estar pedindo, são poucos, poucos com capricho, é bem difícil. ”</p>
--	---

Loureiro (2004) fala que a Educação Ambiental, que se julgue ser libertária e transformadora, não pode ter uma visão elitista da realidade. Ele argumenta que a construção do conhecimento não pode se dar de modo alheio à vivência das comunidades nas quais as pessoas estão inseridas. Os saberes locais, as percepções dos moradores e sua compreensão em relação ao mundo são coisas que devem ser levadas em consideração por parte do educador ambiental.

Paralelo a isso, encontramos também a questão do intelectual orgânico, um dos aspectos mais estudados da teoria gramsciana. Para Gramsci (1975, p.513), o intelectual orgânico é um tipo de organismo vivo em expansão, ou seja, ele consegue ao mesmo tempo transitar no mundo do trabalho e nas organizações políticas e culturais. Esse teórico criticava a figura do intelectual tradicional que vivia afastado da realidade das classes populares e que produzia um saber distanciado dos problemas dos setores menos favorecidos do seu país.

Semeraro (2003) advoga a tese de que os intelectuais orgânicos são necessários para a o processo que levaria à transformação da sociedade. Por serem pessoas sensíveis à realidade popular, tais indivíduos proporem novas estratégias de atuação e possibilitariam a mudança em relação a uma realidade excludente e discriminatória. Em vista disso, ao término deste subtítulo, elencamos alguns apontamentos acerca da fala da entrevistada Sujeito A, líder comunitária dos residenciais Getúlio Vargas I e II, bem como do autor desta dissertação, Anderson Pires de Souza, os quais estão presentes abaixo:

Quanto à líder comunitária Sujeito A:

- Possui a devida compreensão referente à realidade a qual vivencia;
- Ela não busca somente criticar a realidade, mas transformá-la e potencializa as suas reivindicações e as dos moradores do condomínio, a fim de modificar a situação a qual ela e seus condôminos vivenciam;
- Faz uma análise da realidade e dos problemas dos residenciais Getúlio Vargas I e II, e, a partir dessa reflexão, entende e expressa por meio de seu discurso a falta de atenção por parte do poder municipal de Rio Grande em relação às necessidades do local citado acima;

Quanto ao pesquisador Anderson:

- Possui uma relação familiar e histórica com o BGV, pois sua avó morou em tal bairro e vivenciou também um processo de desterritorialização e de expansão portuária que ocorreu na década de 70 do século passado;
- Compreende a teoria de sua pesquisa e articula a mesma com a sua atuação no Trabalho Técnico Social;
- Ele não realiza uma pesquisa simplesmente bibliográfica e distante da realidade popular. Mas, estuda algo próximo da realidade popular e, por meio de seu estudo, atua para mitigar os conflitos entre o capital portuário e imobiliário e a população dos residenciais Getúlio Vargas I e II.

### 3.3. A REPRESENTAÇÃO SOCIAL PRESENTE NA FRASE DOS ENTREVISTADOS: A CONSTRUÇÃO DA CONTRA-HEGEMONIA

Ao iniciarmos o Trabalho Técnico Social nos residenciais Getúlio Vargas I e II, percebemos pela fala dos entrevistados a visão que os mesmos têm em relação à realidade que os circunda. Acerca disso, seguem abaixo mais algumas das entrevistas realizadas nesse local.

#### QUADRO 4 – Entrevista Sujeito D / 48 Anos

FONTE: Artigo acadêmico de mestrandos da PROFIAP / FURG (2017)

PERGUNTA	RESPOSTA
A senhora recebeu o que esperava?	“Não!”
A senhora está mais satisfeita com o que recebeu ou insatisfeita?	“Insatisfeita, não tô satisfeita.”
O que melhorou na sua vida com essa mudança?	“A única coisa que melhorou pra te ser franca é que eu não tenho barro na porta da minha casa, porque o resto a mosca continua a mesma, não vi melhoras, não tem. Acho que vai para os eixos, mas está longe ainda do ideal.”
A senhora tem alguma sugestão de melhoria?	“Ah moça, tem tanta coisa que podia ser feito, principalmente muro na volta disso aí tudo, vocês não têm noção do que a gente vê aqui de noite. A gente já viu gente apanhando, levando coronhada de pessoal que não é morador aqui, gente que vem de fora, eles correm no corredor com arma na mão. Sabe eu tenho um filho de 15 anos, eu não tenho sossego de deixar ele 10 horas da noite aqui circulando, meu filho tem 15 e eu não deixo, pode perguntar pra ele, não deixo porque ele tá na dele, mas um mexe, ele vai responder,

	<p>quando eu chego a ver, já fizeram o pior com o meu filho.</p> <p>Segurança zero, zero mesmo, eu tinha mais segurança onde eu morava do que aqui, porque lá eu sabia com quem eu estava mexendo, aqui onde botaram a gente é um pessoal que a gente não tá acostumado é barra pesada, pesada mesmo, não é brincado não, lá eu sabia onde estava metendo a mão, aqui não, aqui a segurança tá zero, sem muro, sem condições, muito muito perigoso. Essa é minha reclamação, minha reclamação é só essa.</p> <p>Por dentro tá tudo muito bom, muito ajeitadinho, mas é ali dentro, quando tu sai pra fora, a realidade te ataca, e não é o que a gente esperava que fosse, só isso.”</p>
--	--

**QUADRO 5 – Entrevista Sujeito E / 75 Anos**

FONTE: Artigo acadêmico de mestrandos da PROFIAP / FURG (2017)

PERGUNTA	RESPOSTA
<p><b>A senhora recebeu o que esperava?</b></p>	<p>“Olha! Recebi, até recebi, mas uma coisa que eu não esperava é cachorro e gato. Cachorro é a pior coisa que tem, a sujeira porque, o povo é muito porco.”</p>
<p><b>A senhora está mais satisfeita com o que recebeu ou insatisfeita?</b></p>	<p>“Humm, tô satisfeita.”</p>
<p><b>O que melhorou na sua vida com essa mudança?</b></p>	<p>“Ahhh, muita coisa, saí do barro, sair do atoleiro, porque eu saía de dentro de casa já dentro d’água.”</p>
<p><b>A senhora avalia que alguma coisa piorou?</b></p>	<p>“Aqui? Não. A única coisa que me incomoda é os cachorros né, lá eu morei quantos anos lá onde eu morava. Morei quase 26 anos, faltando 2 meses para 26 anos, nunca fui mordida de cachorro, aqui 2 vezes já quase fui mordida de cachorro. E outra coisa, tem outra coisa também que eu estou insatisfeita, é a maconha na frente da minha casa. Eu sou velha já pra estar cheirando maconha, né, pelo amor de deus, se até hoje eu nunca botei um cigarro na boca, agora logo maconha, cheirando maconha, ontem estavam fumando na frente da minha casa, o que é isso? Que desaforo! Querem fumar, não sou contra ninguém, cada um faz da sua vida o que tem vontade, mas fume na sua casa ou na frente da sua casa, não na frente da casa dos outros. Que eu toda vida fui contra isso. Então, não gosto, mas...”</p>

<b>A senhora tem alguma sugestão para que as coisas pudessem melhorar?</b>	“Ahhh, o povo que tem que melhorar né? É o povo, porque se o povo também não se ajudar a melhorar, nada melhora, a gente tem que se ajudar.”
--	--

**QUADRO 6 – Entrevista Sujeito F / 19 Anos**

FONTE: Artigo acadêmico de mestrandos da PROFIAP / FURG (2017)

PERGUNTA	RESPOSTA
Tu recebeu o que esperava?	“Sim.”
A senhora está mais satisfeita com o que recebeu ou insatisfeita?	“Satisfeita.”
O que melhorou na sua vida com essa mudança?	“Muita coisa, lugar também, mas...”
Alguma coisa piorou?	“Não!”
Tu tens alguma sugestão para que as coisas pudessem melhorar?	“Não, tá bom.”

**QUADRO 7 – Entrevista Sujeito G / 29 Anos**

FONTE: Artigo acadêmico de mestrandos da PROFIAP / FURG (2017)

PERGUNTA	RESPOSTA
A senhora recebeu o que esperava?	“Não.”
A senhora está mais satisfeita com o que recebeu ou insatisfeita?	“Agora, depois que colocaram provisória ali, tá mais calmo, mas no início estava muito horrível, e ainda tá, só tá um pouquinho, acho que uns 5% mais calmo. Mas de início estava horrível, e não adianta chamar ninguém lá pra resolver nada porque eles não vêm, parece que não estão nem aí. Jogaram as pessoas igual a bixo, nos cantos e deu. Ontem ele (Gilmar) teve aí e disse, as pessoas estão satisfeitas, o Gilmar teve aí e disse, as pessoas estão tudo satisfeitas, como satisfeita? Minha mãe ali o prédio dela, tá um pinga no chuveiro até agora. Foi solicitado uma pessoa lá pra arrumar faz uma semana, tem esse, tem aquele, tem aquele outro. Tem uma mulher também que entrou lá, tirou a cerâmica e não colocou de volta. Isso aí, eu acho que se

	é pra meter a mão, pra não dar o resultado, então não mete.”
<b>O que melhorou na sua vida com essa mudança?</b>	“O que melhorou, além de ter a minha casa individual, que morava com a minha mãe, aqui é totalmente seco, isso é, onde a gente morava, a maioria era muita umidade, é isso aí, muita coisa.”
<b>A senhora tem alguma sugestão de melhoria?</b>	“O que podia ser feito? Primeiramente tem que gerar verba, que não tem nada, entendessee, se fosse esperar por alguém ajudar, esse alguém não existe, porque, já corremos por tudo que foi, prefeitura, botar um portão é um século, o muro, só dizem que não tem dinheiro, é gerar esse condomínio, gerando esse condomínio, eu acho que tem condições da coisa andar.”

Reigota (2009) fala que a representação social que é a visão dos sujeitos em relação àquilo que os circunda se dá no plano discursivo, ou seja, os sujeitos falam, expressam seu ponto de vista e a sua forma de enxergar a realidade.

Marcos Bagno é um dos principais estudiosos da situação que envolve a linguagem e a difícil relação entre a fala das classes ricas e a fala das classes populares. Em sua famosa obra *Preconceito Linguístico* (1999), Bagno reitera que historicamente a fala das classes ricas e instruídas é utilizada como elemento de segregação e de diferenciação entre os que possuem dinheiro e instrução formal e aqueles que não os possuem.

Há também dificuldades no plano conceitual. Por parte das instituições formais, gestão, habitação e impacto ambiental são palavras que orientam o raciocínio dos agentes. Por parte da população humilde, conceitos de vida, casa e respeito a sua história são as palavras que orientam sua prática de atuação ou de resistência à realidade vivida.

Obviamente há dificuldade de entendimento seja no que se referem às palavras acima citadas, seja no que se refere aos prazos que envolveram a remoção dessas casas e a construção das moradias populares.

O ordenamento jurídico e burocrático brasileiro é todo composto pela linguagem formal. Além disso, tais palavras muitas vezes não são compreendidas e muito menos explicadas às pessoas mais humildes, o que gera incompreensões e dificuldade por parte das classes populares.

Os espaços de encontro com a comunidade, que ocorreram geralmente nas Igrejas, Câmaras de Vereadores, na Prefeitura de Rio Grande ou em Associações de



Bairro, precisam envolver o diálogo e a vivência dessas diferentes falas, sempre tendo em mente que não há como negarmos as dificuldades inerentes a tal processo e os possíveis conflitos dele decorrentes.

Ao trabalhador técnico social envolvido na pesquisa deve haver a presença de um bloco de notas, no qual o mesmo anote a realidade vivenciada pela comunidade e que ele articule as diferentes instâncias sociais em prol das garantias de sobrevivência básica da comunidade envolvida.

No próximo subtítulo, mostraremos como a questão do discurso contra hegemônico é algo ainda em construção e como isso impacta na maneira pela qual se realiza o trabalho técnico social nessa comunidade.

### 3.4. A CONTRA-HEGEMONIA E O DISCURSO DOS MORADORES BGV I E BGV II A CONSTRUÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL TRANSFORMADORA?

O processo de expansão portuária impactou os moradores dos Residenciais Getúlio Vargas I e II. Após um longo período em que se anunciava o deslocamento dessas pessoas de seu local de origem e a construção de um condomínio para abrigá-las, tal processo iniciou-se. O que parecia ser algo benéfico e que viria a suprir a demanda dessa comunidade por melhor qualidade de vida não se efetivou totalmente na prática. As entrevistas realizadas pelo grupo de pesquisadores do PROFIAP e por mim analisadas permitiram verificar que a maior parte dos moradores reconhece que a construção do condomínio ocorreu de forma apressada e não levou em consideração as dificuldades e a especificidade dessa comunidade. A fim de auxiliar a compreensão do texto, exporemos abaixo as entrevistas restantes e dessa forma faremos a análise do tema exposto acima, no subtítulo deste capítulo.

#### QUADRO 8 – Entrevista Sujeito H / 46 Anos

FONTE: Artigo acadêmico de mestrados da PROFIAP / FURG (2017)

PERGUNTA	RESPOSTA
A senhora recebeu o que esperava?	“Sim, com certeza!”
A senhora está mais satisfeita com o que recebeu ou insatisfeita?	“Eu tô satisfeita, eu tô bem contente até.”

<p><b>O que melhorou na sua vida com essa mudança?</b></p>	<p>“Melhorou bastante né, melhorou o saneamento básico, melhorou pras crianças também, mais tranquilas, bem mais ativas, mais perto de mim, que já descem, brincam ali, e tem como controlar. Estão mais assim, como é que vou dizer, elas estão mais comunicativas, só entre elas, sempre crianças, já não tão só no meio dos adultos, né? Tá mais organizado, a família tá mais unida, o apartamento uniu mais todo mundo.”</p>
<p>A senhora tem alguma sugestão para que as coisas pudessem melhorar?</p>	<p>“Pra melhoria? Eu tenho muito pouco tempo, faz 18 dias que eu estou aqui. Como melhoria, a melhoria mesmo mais era fechar lá na frente, botar um porteiro eletrônico, pra ter mais acesso às pessoas que entram e que sai, mais é a segurança, a única coisa que eu vejo é a segurança. Demais, graças a Deus, fui bem assistida, tinha um probleminha no canto da parede, eu chamei o rapaz, ele atendeu, fui super bem atendida. Estou bem contente mesmo.”</p>

**QUADRO 9** – Entrevista Sujeito I / 26 Anos

FONTE: Artigo acadêmico de mestrandos da PROFIAP / FURG (2017)

PERGUNTA	RESPOSTA
<p>Tu recebeu o que esperava?</p>	<p>“Humm, na verdade na verdade não.”</p>
<p>De um modo geral, tu está mais satisfeito com o que recebeu ou insatisfeito?</p>	<p>“Na verdade insatisfeito.”</p>
<p>O que melhorou e o que piorou na sua vida com essa mudança?</p>	<p>“Ah melhorou que agora, meus filhos têm mais condições de não pegar frio, mas em compensação os banheiros é uma vergonha, quando não dá problema em uma coisa, dá problema na outra, meu banheiro deu problema que estava vazando água embaixo, tenho um filho de 4 anos e um de 2, são 2 filhos, o de 4 anos ele vai no banheiro, sozinho de noite, e todo dia de noite tem que tá trocando as meias dele, porque o vaso, a parte de baixo ali do vaso, sai água, saia água né, até era um problema simples, aí eu chamei, pedi pra ir lá arrumar, só olharam e depois arrumaram, e só tem um rapaz fazendo a manutenção de todos os apartamentos, que é complicado, então, isso já tá errado, e agora por último, minha mulher deu a descarga, e o apartamento de baixo que é o 401, a água escorria pela parede da guria todinha, a água do vaso, em vez de ir pra dentro do cano, não ia, ia por dentro do apartamento da guria, o rapaz foi lá, botou a massa, o</p>

	<p>rapaz não tem culpa, a gente sabe que ele não teve culpa, só um sozinho pra fazer toda a manutenção, então ele faz o que ele pode, só que já é uma vergonha né, porque meu vaso faz dois dias fora do lugar, dentro do box o meu vaso, e meus filhos não pode usar, tenho que tá usando o da minha mãe que é do meu lado, isso quando eu consigo usar, agora mesmo minha mãe foi trabalhar, e eu não tenho nem como entrar dentro da casa dela, entendesse?”</p>
<p>Na tua opinião o que tu acha que podia ser feito aqui pra melhorar?</p>	<p>“Ah melhorar as coisas, porque geralmente tem muita bagunça aqui dentro, é o muro que ele não botaram no lugar, então as pessoas entram aqui a hora que querem, sai a hora que querem, meus filhos moram ali, tive que colocar dois cachorros na porta, eles querem tirar os cachorros, mas eu acho errado, porque os cachorros é que são a nossa proteção, porque estava eu e minha esposa no início, estava sem os cachorros, e tinha um monte de gente fumando maconha na minha janela, e eu tenho dois filhos pequenos, meus filhos tem falta de ar, e o cheiro da maconha era muito forte e entrava pra dentro de casa, ai botemo dois cachorros ali pra evitar. Graças a Deus depois que botemos os cachorros ali parou, mas agora querem fazer um abaixo assinado pra tirar os cachorros do corredor, o que eu acho errado também. Querem tirar os cachorros do corredor, não sou contra, mas bota uma segurança pra nois, que nois não temo segurança nenhuma aqui, segurança nenhuma, o que foi dito que ia ser aqui não tá sendo nada como disseram que ia ser. Disseram que a gente ia ter uma vida melhor, ia parar com esses negócios, não tá acontecendo nada, que o portão ali faz desde que a gente veio que está esperando pra colocar no lugar, até hoje não foi, hoje que eles colocaram a primeira parte do portão, sabe Deus quando eles vão colocar a outra, a gente quando sai mesmo, tem que fazer toda a volta, e olha, é muito vergonhoso, a gente tá vivendo uma situação muito vergonhosa aqui.”</p>

**QUADRO 10** – Entrevista Sujeito J / 39 Anos

FONTE: Artigo acadêmico de mestrados da PROFIAP / FURG (2017)

PERGUNTA	RESPOSTA
Tu recebeu o que esperava?	“Pra mim tá bom, pra mim tá ótimo.”
De um modo geral, tu está mais satisfeito com o que recebeu ou insatisfeito?	“Com o apartamento satisfeito, não muito com a questão de segurança né? O resto pra mim tá 100%.”
O que melhorou e o que piorou na sua vida com essa mudança?	“Melhorou, pro meu filho melhorou bastante, né, tem pracinha, tem onde jogar futebol, saímos do

	meio do barro onde a gente estava morando, isso aí tá ótimo.”
Tem alguma coisa que piorou?	“Só a segurança que aqui a gente não tem nada.”
Na tua opinião, o que tu achas que podia ser feito aqui pra melhorar?	“Pra mim só o que falta é ter muro, e portão, cada morador com uma chave, pra parar de entrar as pessoas que entram pra cá pra dentro, só o que falta, mais nada.”

Verificamos ao término das entrevistas que a maior parte dos entrevistados tem consciência da situação de precariedade na qual estão inseridos. Até naqueles que se consideram satisfeitos com a entrega dos condomínios há uma consciência, nem que seja implícita de que aquilo que eles receberam poderia ter sido bem melhor e que a realidade da comunidade deveria ter sido levada em consideração. Fazendo essa breve digressão, surge a seguinte pergunta: O que esse aspecto tem a ver com a noção de contra-hegemonia?

Gramsci(1978), um dos teóricos que baliza essa pesquisa, compreendia que a contra-hegemonia é um processo que se dá a partir do momento em que os explorados começam a compreender a situação de exploração em que vivem e buscam tomar uma atitude frente a isso.

Os moradores dos Residenciais Getúlio Vargas I e II estão vivendo esse processo, porém, para a construção plena de um discurso contra-hegemônico, é preciso - de acordo com a visão gramsciana - a tomada de poder. Muitos pensam que Gramsci, por ser um herdeiro da tradição marxista, defende a tomada em armas, igual defendia Marx e Engels e principalmente os teóricos da revolução russa como Lênin e Stálin. Gramsci (1978) enxerga a situação de modo diferente. Ele entende a tomada de poder como um longo processo de construção de consciência e de reversão de uma situação de desigualdade. Ela ocorreria através dos seguintes passos:

- a) Conhecimento da realidade;
- b) Compreensão por parte dos moradores da realidade que os circunda;
- c) Entendimento de que há outras forças de poder que controlam um determinado contexto histórico;

- d) Criação, por parte da comunidade ou do grupo explorado, de lideranças, pessoas que decidem se contrapor às ideias vigentes e buscam reconhecimento social;
- e) Criação de movimentos sociais com pautas específicas, lemas, slogans e em alguns casos até mesmo com lideranças políticas, sejam elas ligadas à política partidária, ou às organizações não governamentais, conhecidas como ONGS.

Loureiro (2004) defende que a Educação Ambiental, que se vincule como sendo libertária e popular, não pode incorrer em uma postura paternalista ou panfletária que ache que a presença do pesquisador possa conduzir a comunidade à resolução de seus conflitos. A educação ambiental, assim denominada por Loureiro, à qual esta pesquisa se vincula, não pretende de forma alguma fazer isso. Ela pretende, sim, problematizar e analisar os conflitos decorrentes da instalação desses condomínios, bem como perceber quais são as estratégias que estão sendo utilizadas por alguns moradores, para se adequarem à nova realidade.

Usamos ao longo desta dissertação o verbo mitigar para mostrar qual é o papel que entendemos que esta pesquisa assume diante do cotidiano estudado.

Reigota (2009) argumenta que a Educação Ambiental, por ser um assunto sério e complexo demais, não pode estar restrito somente aos cientistas e aos profissionais da área de educação. Ele sempre defendeu que o estudo acerca da percepção dos habitantes e das pessoas comuns a respeito do que eles entendem sobre aquilo que os cerca é determinante para compreendermos conflitos ambientais.

Partindo desse pressuposto, ao longo de cada um dos subtítulos do terceiro capítulo, buscamos demonstrar como tem se construído a questão da contra-hegemonia nessa comunidade. Compreendemos que esse processo tem se dado de forma paulatina e, aos poucos, essa população vem se dando conta da situação de pobreza e de desigualdade na qual está inserida.

Certamente, o Trabalho Técnico Social é uma das ferramentas que essa população pode se utilizar para tentar reverter essa situação e adquirir os mecanismos necessários para a construção de sua cidadania.

### 3.5. BREVES APONTAMENTOS SOBRE OS DADOS COLETADOS NOS GRÁFICOS E TABELAS DE ENTREVISTAS

Todas essas entrevistas permitiram evidenciar que o conjunto Residencial Getúlio Vargas I e II faz parte de uma comunidade periférica, pobre e com histórico de

estigma forte em restante ao município de Rio Grande. A comunidade estudada possui algumas características:

- Nessa comunidade, a presença da comunidade feminina é bastante significativa. Grande parte dessas mulheres desempenham o papel de diaristas e muitas delas são mães solteiras, ou seja, têm filhos e os criam sem a presença e o auxílio financeiro dos pais das crianças;
- O nível de instrução desses moradores é baixo. A maior parte deles são catadores, alguns deles não possuem emprego formal, vivendo de “bicos”, trabalhos temporários e eventuais;
- Existe a necessidade de políticas públicas que busquem reverter esse quadro e, nesse sentido, o trabalho técnico social aplicado nessa comunidade, por mais que auxilie a comunidade, não dá conta de todos os problemas que a envolvem.

Alguns dados chamaram a nossa atenção. Foram eles:

- A pesquisa foi feita com 62 moradores, sendo que destes 52 participaram da pesquisa e 10 deles responderam as entrevistas. Ao realizarmos os questionamentos com os moradores, aplicamos o modelo metodológico chamado de probabilística e aleatória, que, de acordo com Marconi e Lakatos (2015), se escolhe os moradores de modo aleatório, levando em consideração sua disponibilidade e seu interesse em participar das entrevistas. Percebemos que dentre os moradores 83% pertencem ao sexo feminino e 17% ao sexo masculino, o que dá a comunidade uma presença feminina considerável.
- Dentre os moradores, metade deles, 50% da população estudada é solteira e tem como renda menos de um salário mínimo. Esses dados expostos fazem parte das primeiras tabelas construídas por meio da pesquisa realizada.

Loureiro (2004) compreende que a Educação Ambiental Popular e Emancipatória não pode estar dissociada das causas e das demandas populares. Não basta identificar a pobreza, é preciso problematizá-la e perceber quais são os possíveis caminhos de superá-la. As entrevistas conseguiram estar atentas a esse princípio da Educação Ambiental e levaram em consideração a importância das questões levantadas. Pensamos que, apesar de se tratar de um texto breve, ele consegue de alguma forma expor o caminho realizado nas entrevistas e de que forma elas corroboraram com a dissertação.

Mesmo com esses dados que, por si só, dariam uma dissertação à parte, o detalhe que mais chamou a nossa atenção foi a falta de segurança dos moradores. Os entrevistados disseram que identificam que o principal problema dos Residenciais Getúlio Vargas I e II é a falta de segurança. Pessoas alheias ao condomínio têm

acesso livre ao mesmo, provocando brigas, discordâncias, rixas pessoais e conflitos de ordem social e afetiva. Junto da falta de segurança, mais da metade dos entrevistados relatou também problemas relacionados à falta de água e à má infraestrutura das residências. Além disso, muitos dos moradores não dispõem de uma renda suficiente para arcar com as despesas de água e luz, comuns de qualquer proprietário ou morador. Maricato (2011) demonstra o caráter classista que permeia a sociedade urbana brasileira. Ocupar o solo, construir pontes, remover pessoas de um lugar para outro, expõe as desigualdades de uma sociedade capitalista, especialmente se ela estiver localizada em um país de capitalismo periférico como o Brasil.

Gramsci (2014) entendia que o sistema capitalista manifestava-se muito mais por meio de ideias, sons e símbolos do que somente uma estrutura econômica. A ideia hegemônica manifesta-se no caso estudado por meio da expansão portuária ocorrida em Rio Grande. O porto desse município precisa crescer e, para isso, se utiliza de territórios outrora não ocupados. Relacionando-se ao objeto de estudo dessa dissertação, como isso ocorre? Mobilizamos a estrutura econômica e administrativa vigente para efetivar esse processo. No caso de Rio Grande, a atual gestão conta com uma pessoa que tem ligação histórica e pessoal com o movimento de moradia urbana, logo seria inconcebível por parte do governo não ser sensível aos dramas das famílias que foram removidas e, conseqüentemente, não destinar uma moradia nova para esses habitantes. A problemática é que garantir a moradia sem se levar em conta a infraestrutura necessária e a realidade da comunidade, acaba se tornando um efeito complicador.

Maricato (2011) compreende que as políticas no Brasil voltadas à moradia popular tendem a ignorar demandas da própria comunidade, o que também faz parte do paradigma hegemônico tão criticado por Gramsci. Esse detalhe comprova-se e se manifesta pelo fato de 50 % dos entrevistados definirem a segurança e a falta de água dos condomínios como os principais problemas da localidade estudada. Em vista disso, é necessário mencionarmos que aspectos importantes estarão expostos nas considerações finais.

**TABELA 4 – Perfil social dos moradores**

Sexo	%	Estado Civil	%	Escolaridade	%	Idade moradores (Familia)	%	Composição familiar	%
Feminino	<b>83%</b>	Solteiro(a)	<b>52%</b>	Fund. Incompleto	<b>54%</b>	Indefinido	<b>15%</b>	01 pessoa	<b>17%</b>
Masculino	<b>17%</b>	Casado(a)	<b>15%</b>	Fund. Completo	<b>23%</b>	de 0 a 5 anos	<b>13%</b>	02 pessoas	<b>12%</b>
		União Estável	<b>12%</b>	Analfabeto	<b>8%</b>	de 6 a 14 anos	<b>19%</b>	03 pessoas	<b>25%</b>
		Víuvo(a)	<b>12%</b>	Médio Incompleto	<b>6%</b>	15 a 18 anos	<b>7%</b>	04 pessoas	<b>13%</b>
		Divorciado(a)	<b>10%</b>	Médio Completo	<b>6%</b>	19 a 25 anos	<b>13%</b>	05 pessoas	<b>21%</b>
				Superior Incompleto	<b>4%</b>	26 a 35 anos	<b>12%</b>	06 ou mais	<b>12%</b>
						36 a 59 anos	<b>13%</b>		
						60 ou mais	<b>7%</b>		
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

FONTE: Artigo acadêmico de mestrados da PROFIAP / FURG (2017)

**TABELA 5 – Perfil econômico dos moradores**

Renda familiar	%	Renda familiar per capita	%	Tarifa social energia elétrica?	%	Ciente do pagamento da taxa de condomínio?	%
Menos de 01 salário mínimo	<b>25%</b>	Menos de 1/2 salário mínimo	<b>77%</b>	Não	<b>63%</b>	Sim	<b>96%</b>
01 salário mínimo	<b>33%</b>	de 1/2 a 1 salário mínimo	<b>19%</b>	Sim	<b>37%</b>	Não	<b>4%</b>
de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.999,00	<b>27%</b>	de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.999,00	<b>4%</b>				
de R\$ 2.000,00 a R\$ 2.999,00	<b>13%</b>	de R\$ 2.000,00 a R\$ 2.999,00	<b>0%</b>				
mais de R\$ 3.000,00	<b>2%</b>	mais de R\$ 3.000,00	<b>0%</b>				
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

FONTE: Artigo acadêmico de mestrados da PROFIAP / FURG (2017)



**TABELA 6 – Reclamações quanto a problemas do condomínio**

Para você, qual a maior dificuldade (o ponto fraco) que o condomínio apresenta?	%	Quais os principais problemas vivenciados	%	O que podemos fazer para melhorar a vida no condomínio?	%
Segurança	50%	Pessoas que não são moradores com livre acesso ao condomínio	22%	Segurança	30%
Falta de Água	21%	Cachorros sem donos	21%	Colocar muro no entorno do condomínio	16%
Iluminação nos corredores	15%	Lixo nos corredores	14%	Destino dos animais soltos	14%
Falta de funcionários para manutenção	6%	Local para pendurar suas roupas	12%	Falta de água	9%
Local para estender as roupas	6%	Barulhos, ruídos e latido	12%	Instalar o segundo portão de entrada	9%
O cheiro de lixo	3%	Pessoas usando drogas nos corredores	11%	Proibir acesso de não moradores	6%
		Som alto	8%	Atividades para crianças	4%
		Outros	0%	Definir lugar lixeiras do condomínio	4%
				Combate as drogas	3%
				Acessibilidade	2%
				Cursos e Oficinas	1%
				Local para vender algumas coisas	1%
				Varal para roupas	1%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

FONTE: Artigo acadêmico de mestrados da PROFIAP / FURG (2017)

**TABELA 7 – Reclamações quanto à infraestrutura dos apartamentos**

Com relação à estrutura física:	%	Maiores problemas:	%
Luz	11%	Falta de água	51%
Água.	34%	Infiltração no banheiro	24%
Vidros.	8%	Encanamentos do banheiro	18%
Encanamento	28%	Elétrica do sala	4%
Pisos e acabamentos	20%	Elétrica do banheiro	4%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

FONTE: Artigo acadêmico de mestrados da PROFIAP / FURG (2017)

TABELA 8 – Análise das entrevistas dos moradores

Recebeu o que esperava?	%	Está mais satisfeito com o que recebeu ou insatisfeito?	%	O que melhorou devido a tua mudança?	O que piorou devido a tua mudança?	O que poderia ser feito para melhorar as situações atuais dos moradores do PAC?
Sim	60%	Satisfeito	60%	Saneamento	Falta de Segurança	Muro
Não	40%	Insatisfeito	30%	Pavimentação	Infraestrutura	Portão
		Indeciso	10%	Casa Própria	Demora na Manutenção	Porteiro Eletrônico
				Segurança para Crianças		Geração de Renda
						Controle de Animais
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>			

FONTE: Artigo acadêmico de mestrados da PROFIAP / FURG (2017)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



“A educação no mundo precisa do contexto histórico para que se possa entender o movimento de emancipação que se realiza no processo educativo como seu horizonte. Compreender a necessidade de superar a relação oprimido/opressor e entender todas suas nuances, incluindo as sutilezas dos mecanismos de dominação, bem como as perversidades de situações de exploração do trabalhador”

(Anello, 2009, p. 40-41)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho, compreendemos que o processo de expansão portuária no município de Rio Grande pode ser compreendido pelo fato dessa cidade ser portuária e sofrer as consequências de expansão do capital. Harvey (1993) fala que os processos de transformação capitalista, quando se processam, são irreversíveis e suas consequências modificam paisagens e relações presentes na sociedade.

Cabe destacarmos que esse não é o primeiro processo de expansão portuária pelo qual o Bairro Getúlio Vargas passa. Quarenta anos atrás também houve um processo de remoção de famílias e o surgimento de outros bairros periféricos no município de Rio Grande, como a Vila Maria e o Bairro Carreiros.

Consciente das dificuldades que tal processo acarreta, a Universidade Federal do Rio Grande - Furg, por possuir um caráter extensionista, foi convidada devido a vários projetos e convênios com o órgão público municipal a realizar um Trabalho Técnico Social cujo objetivo é o acompanhamento do cotidiano dessas famílias, possibilitando-as construir coletivamente formas de bem viver no novo espaço, bem como a garantia de seus direitos. É importante salientarmos que a proposta do TTS é de cunho educativo, porém não o isenta buscar apontar possíveis alternativas aos dilemas enfrentados pela comunidade.

Meses após a implementação do Trabalho Técnico Social nessa comunidade, as dificuldades decorrentes de um processo histórico baseado na exclusão social e na desigualdade de renda persistem. Por um lado, percebemos que a atual gestão municipal buscou sensibilizar-se com a realidade da comunidade carente do BGV e entregou parte das residências aos moradores carentes desse local. Isso poderia representar um momento de superação dos problemas dessa comunidade, porém de fato não se concretizou.

Muitos moradores do BGV foram incluídos no conjunto residencial Getúlio Vargas I e II, porém a obtenção de uma moradia não garantiu o melhoramento das condições de vida das pessoas que moram em tal local. As reclamações referentes à falta de segurança, falta de higiene e de infraestrutura no condomínio são constantes, algo que se comprova pelas entrevistas listadas ao longo da dissertação. Há outro detalhe outrora mencionado e que se apresenta como uma realidade considerável do ponto de vista analítico que é a presença maciça de mulheres nessa comunidade.

Em uma localidade carente como o BGV, o predomínio de mulheres abre uma perspectiva de análise que não pode deixar de fora a questão de gênero. Junto dessa questão, existe também um recorte do ponto de vista étnico, pois a maior parte das mulheres, que residem na comunidade estudada, são afro descendentes, logo, as questões proletária, feminina e negra se retroalimentam. À medida em que se iniciou o Trabalho Técnico Social algumas questões causaram inquietude no autor desta pesquisa e nos levam a refletir sobre as seguintes questões:

- a) Como o Trabalho Técnico Social pode melhorar a qualidade de vida dessa comunidade?
- b) Essa comunidade entende o que é, e o que se propõe ser o Trabalho Técnico Social?
- c) Como articular uma Educação Ambiental Popular e Emancipatória em uma realidade com grandes adversidades como a que caracteriza a comunidade do BGV?

Percebemos que à medida em que as unidades habitacionais estavam em processo de liberação, a problemática socioambiental se agravava. Há a existência da moradia, mas ela não correspondeu à melhoria das condições de vida dessa população. Em vista das perguntas realizadas, serão mostradas abaixo as respostas para cada uma delas e a sua relação com esta dissertação.

- a) O Trabalho Técnico Social é a estratégia usada para melhorar a qualidade de vida da população carente oriunda do reassentamento, sendo uma ferramenta de mitigação dos graves problemas vivenciados por tal comunidade. Mesmo assim, reconhecemos que é necessário que busquemos outras formas, pois, atualmente, a situação se encontra entre avanços e recuos. Os avanços se dão no empoderamento da comunidade, principalmente no surgimento de algumas lideranças comunitárias. Já os recuos ou dificuldades encontram-se no engessamento proporcionado pelo sistema bancário da Caixa Econômica Federal, órgão financiador do TTS e na demora do poder judiciário em resolver conflitos decorrentes do processo de construção das moradia.
- b) Acerca do entendimento da comunidade em relação ao que seja o Trabalho Técnico Social, é importante destacarmos que a comunidade não entendeu, em um primeiro momento, a natureza desse processo, pois grande parte da população possuía dificuldades em reconhecer que os profissionais que atuam no TTS não são agentes da Prefeitura e sim profissionais ligados à Universidade Federal do Rio Grande-FURG.

É necessário mencionarmos que a relação entre a comunidade reassentada e a Prefeitura são frágeis, pois há descrédito por parte dos moradores no que tange à

atuação do poder municipal. Mesmo assim, admitimos que, do ponto de vista simbólico e subjetivo, o Trabalho Técnico Social, apesar das dificuldades, tem sido exitoso.

- c) A articulação de uma Educação Ambiental Popular e Transformadora em uma comunidade historicamente discriminada como o BGV é uma tarefa árdua. A permanência do autor desse trabalho na comunidade citada acima durará 2 anos, terminando em outubro de 2018. Apesar das dificuldades, alguns efeitos do TTS já começam a ser sentidos nessa comunidade. Isso se exemplifica na eleição de dois síndicos para os conjuntos residenciais Getúlio Vargas I e II. Paralelo a isso, acreditamos que, com o passar do tempo, outros moradores dessa comunidade tendem a se empoderar e buscar soluções advindas de um processo de exclusão e de estigma ao qual o bairro Getúlio Vargas está historicamente vinculado.

Ao término desta dissertação, é importante afirmarmos que esta pesquisa não tem a pretensão de esgotar todas as possibilidades de análise, devido à complexidade do assunto em questão.

Uma das questões não resolvidas é a natureza conflituosa da sociedade capitalista que se expressa nessa dissertação na necessidade do TTS para tratar da expansão urbana desordenada, não há possibilidade concreta de solução dos conflitos quando grupos sociais são excluídos das políticas públicas sócias ( moradia, saúde, educação, seguridade social).

Todavia, é necessário compreendermos que a Educação Ambiental é um conceito que perpassa a todas as relações sociais, especialmente em comunidades carentes. Logo, é preciso que haja mais estudos que articulem a Educação Ambiental Popular e Emancipatória com os dilemas e demandas comunitárias e que pense na possibilidade de ações que contrariem a visão materialista e egoísta que caracteriza os principais valores da sociedade capitalista, o que levará a possibilidade da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

- ACLSERAD, Henri. **Sustentabilidade e Articulação do Territorial do Desenvolvimento Brasileiro**. In: Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. 2. ed. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2008.
- ACSELRAD, Henri. **Quatro teses sobre Políticas Ambientais ante os Constrangimentos da Globalização**. Brasília: MMA, 2012. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sca/ppg7>>. Acesso em: 19 set. 2015.
- ANELLO, L. F. S. **Os Programas de Educação Ambiental no Contexto das Medidas Compensatórias e Mitigatórias no Licenciamento Ambiental de Empreendimentos de Exploração de Petróleo e Gás no Mar do Brasil**: a totalidade e a práxis como princípio e diretriz de execução. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) - FURG/PPGEA, Rio Grande, 2009.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico. O que é, como se faz**. São Paulo: Editora Loyola, 1999.
- BARBOSA, Kássia Uchoa. **Reflexões sobre o Trabalho Social na Habitação**. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 5. ed. São Luís: Universidade do Maranhão, 2011.
- BRANDÃO, C. R. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- Caixa Econômica Federal, **Manual Normativo Regulamento do Trabalho Técnico Social**. AE 097 v.21, 76 p., 2011.
- CARVALHO, Lizete. Trabalho Técnico Social X Meio Ambiente nos Programas Habitacionais Brasileiros. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tec. Ambiental**, v. 4, n. 4, p. 593-607, 2011.
- CIPRIANO, Diego. **O Bairro Getúlio Vargas e a Grande Faxina dos Anos 70**: Remoção de Moradias e Consequências Socioambientais na Educação Portuária. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – FURG/Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande, 2012.
- DOMINGUES, M.R.V. **Os conflitos de uso socioeconômico ambientais e o processo de caotização do espaço urbano local**. Informativo Searg. Rio Grande, março/abril de 1995.
- FERREIRA, Willy Cesar. **A cidade do Rio Grande do Big Bang ao 2015**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2016.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Moraes, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Extensão ou Comunicação**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um Sonho: Ensinar e aprender com Sentido.** São Paulo: Grublus, 2003.

GOULART, Aline; MAUCH, Jéssica; COSTA, Jozeneidi et al. **Um diagnóstico da gestão de projetos: o caso do PAC BGV.** 2017. Artigo acadêmico – PROFIAP, FURG, Rio Grande, 2017.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**, v.1. ed. E Tradução, Carlos Nelson Coutinho; Co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Anablume, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LEFREBVRE, Henri. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LOUREIRO, C. R. **Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora.** In: Revista Ambiente e Educação, Rio Grande, v. 08, p. 37-54, 2004.

LOUREIRO, C.F.B. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2004.

MARICATO, Ermínia. **Para Entender a Crise Urbana.** São Paulo: Expressão Popular, 2000.

\_\_\_\_\_. **Realidade e Habitação de centros urbanos e habitação social.** In Brasil, cidades: Alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p.125-151.

MÉSZAROS, István. **A Educação Para Além do Capital.** São Paulo: Bomtempo, 2008.

NEVES, Francisco Das. **Porto de Rio Grande Uma Secular Aspiração que tornou-se realidade.** Rio Grande v. 1 e v.2: Furg, 2008.

OTTO, Hans-Uwe, et al. **Pedagogia Social.** São Paulo: Expressão e Arte, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, Secretaria da Habitação. **Plano de Reassentamento dos Residenciais BGV I e II é apresentado aos seus futuros**



**moradores.**

Disponível em: <<http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/noticias/detalhes+3d456,,executivo-municipal-promove-novembro-azul-.html#.WIUI4K6nHIU>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

REIGOTA, Marcos. **Meio Ambiente e Representação Social**. São Paulo: Cortez, 2002.

TRIVINOS, Augusto Silva. **A dialética materialista e a Prática Social**. Porto Alegre v. 12, n. 2, p.141-142, 1987.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

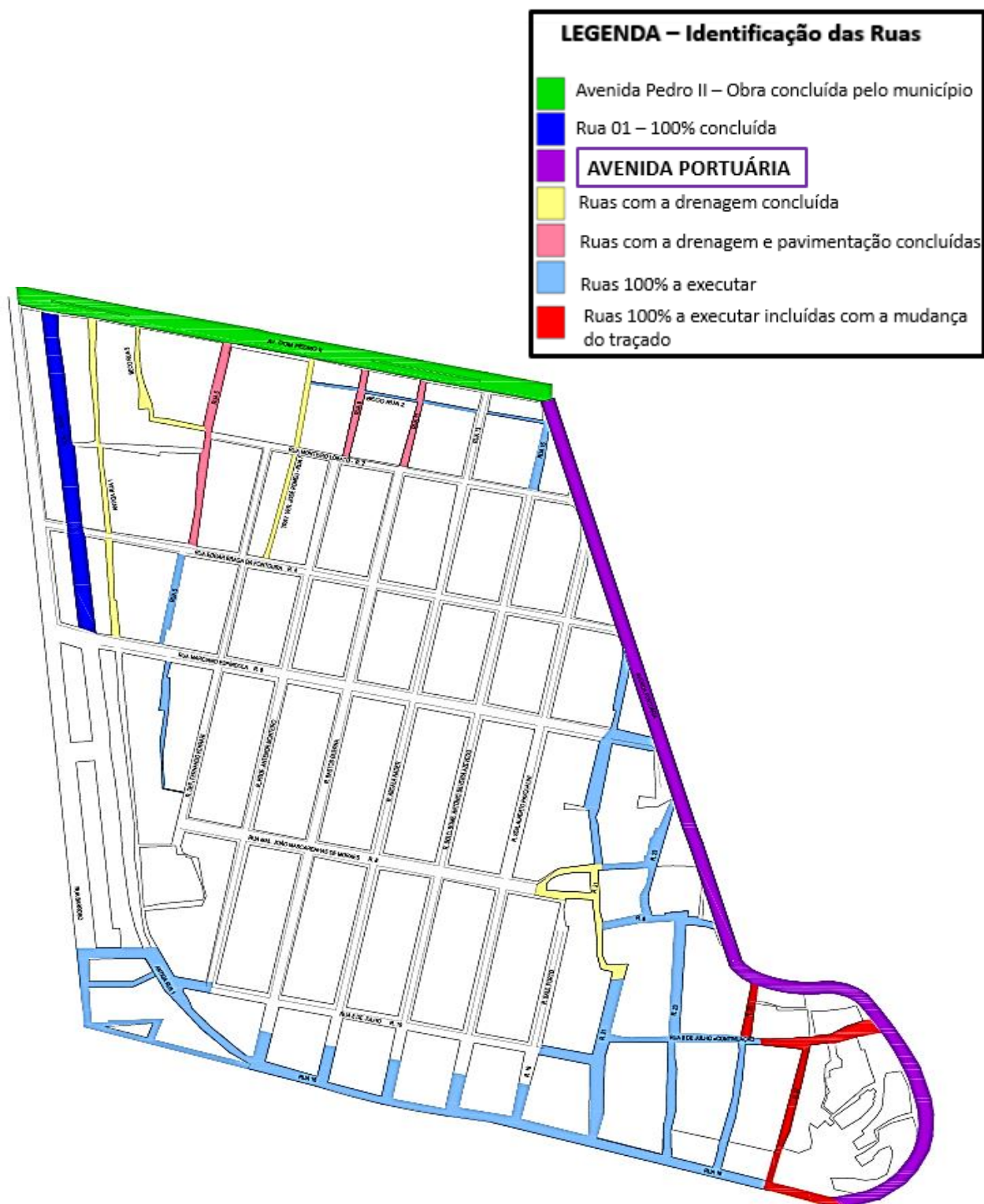
WANDERLEY, L. E. **Educação para a Cidadania**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 62, São Paulo: Cortez, 2000.

## ANEXOS

ANEXO A – Divisão setorial para remoção dos moradores do BGV



FONTE: Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária

ANEXO B – Plano de reassentamento<sup>15</sup>

FONTE: Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária

<sup>15</sup> Na legenda, a cor lilás representa o traçado da futura Avenida Portuária, que liga a rua Dom Pedro II à BR 392.



**ANEXO C – Visita dos moradores nos Residenciais Getúlio Vargas I e II**

## ANEXO D – Planta baixa dos apartamentos



FONTE: Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária

**ANEXO E – Última assembleia antes da remoção**

FONTE: Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária



**ANEXO F – Chegada da primeira família no Residencial Getúlio Vargas I<sup>16</sup>**

---

<sup>16</sup> No dia 29/05/2016, foi reassentada a primeira família no Residencial Getúlio Vargas I.

ANEXO G – Questionário<sup>17</sup>

<b>I. Dados de Identificação</b>	
Nome:	
Naturalidade:	Estado Civil:
Condomínio:	Apartamento:
Contato Telefônico:	
CPF:	RG:
NIS:	Cadastro Único: ( )Sim ( )Não
Escolaridade: ( ) Fundamental completo ( ) Fundamental incompleto ( ) Superior completo ( ) Superior incompleto	
Está inserido em algum Programa Social: ( ) Sim ( ) Não	
BPC: ( )Sim ( ) Não ( ) Idoso ( ) Doença	
Bolsa Família: ( )Sim ( )Não Valor:	
Minha Casa Minha Vida: ( )Sim ( ) Não	
PETI: ( )Sim ( ) Não Valor:	Carteira do Idoso: ( )Sim ( ) Não
Aposentadoria por baixa renda: ( )Sim ( ) Não	
Pró Jovem Adolescente: 15 a 17 anos ( )Sim ( ) Não	

Tarifa Social de Energia Elétrica: ( )Sim ( ) Não	
Renda Familiar:	Renda Per capita:
Composição Familiar:	
Nome:	Idade: Data de Nascimento:
Parentesco:	Escolaridade:
Renda:	Qualificação:
Composição Familiar:	
Nome:	Idade: Data de Nascimento:
Parentesco:	Escolaridade:
Renda:	Qualificação:
Composição Familiar:	
Nome:	Idade: Data de Nascimento:
Parentesco:	Escolaridade:
Renda:	Qualificação:
Composição Familiar:	
Nome:	Idade: Data de Nascimento:
Parentesco:	Escolaridade:
Renda:	Qualificação:
Composição Familiar:	
Nome:	Idade: Data de Nascimento:
Parentesco:	Escolaridade:
Renda:	Qualificação:
Composição Familiar:	
Nome:	Idade: Data de Nascimento:
Parentesco:	Escolaridade:
Renda:	Qualificação:

<sup>17</sup> Instrumento de avaliação, monitoramento e acompanhamento dos processos de mudança.



Faz algum tipo de trabalho informal: ( ) Sim ( ) Não
( ) Faxina ( ) Catador ( ) Varredura de soja ( ) Descarga de caminhão de peixe ( ) Ajudante de obra ( ) Cuidador de idoso ( ) Cuidador de crianças ( ) Outros Qual?
Crianças em idade escolar ( ) Sim ( ) Não
Frequentam algum tipo de Escolinha ( ) Sim ( ) Não
Nome da Escolinha:
O que a criança faz quando não está em período escolar?
Alguém com histórico de dependência química ou alcoolismo na família?
Suspeita de Abuso Sexual:
Tem alguma doença:
Realiza algum tratamento:
Interesses de oficinas:
Programa de preparação para o mundo do trabalho ( ) Sim ( ) Não
( ) Jovem Aprendiz ( ) Oficinas de empreendedorismo ( ) Outros Qual?
Curso profissionalizante: ( ) Sim ( ) Não Qual?
Condicionalidades do Bolsa Família
Por que não está recebendo o Bolsa Família?
( ) Pesagem ( ) Frequência escolar ( ) Alteração de renda ( ) outros Qual?
Justificativa:

## 2. Sobre a mudança

Como foi o processo de mudança? ( ) bom ( ) ruim ( ) com algumas dificuldades

OBS: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Quais os principais problemas enfrentados? ( ) transporte ( ) carregamento dos móveis ( ) saída e descarte de que ficou ( ) prazos ( ) atendimento dos profissionais responsáveis

OBS: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## 3. Sobre o apartamento

Como está sua adaptação na vida no condomínio? ( ) Boa ( ) ruim ( ) em adaptação

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## 4. Com relação à estrutura física

( ) Luz. Descreva o problema \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

( ) Água. Descreva o problema \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

( ) Vidros. Descreva o problema \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 ( ) Encanamento. Descreva o problema \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

( ) Pisos e acabamentos. Descreva o problema \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

### 5. Organização Comunitária

Quais os principais problemas vivenciados?

( ) pessoas que não são moradores com livre acesso ao condomínio ( ) lixo nos corredores

( ) cachorros sem donos ( ) pessoas usando drogas nos corredores ( ) local para pendurar suas roupas ( ) som alto ( ) barulhos, ruídos e latido ( ) outros. Quais?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Que destino está dando para seu lixo?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Tem enfrentado problemas com lixo dos vizinhos? ( ) Não ( ) sim, quais?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Tem vivido problemas com relação a som alto? ( ) Não ( ) Sim, em que momentos?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

### 6. Animais de estimação

Possui animais de estimação no condomínio? ( ) Não. ( ) Sim. Quais?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

### 7. Taxa de condomínio

Está ciente do pagamento da taxa de condomínio? ( ) Não ( ) Sim.

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

### 8. Registre sua opinião

O que podemos fazer para melhorar a vida no condomínio? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Para você, qual a maior dificuldade (o ponto fraco) que o condomínio apresenta?

---

---

---

Observações:

---

---

---

---

---

---

---

---

Assinaturas:  
Entrevistado

Entrevistador

## ANEXO H – Roteiro de entrevistas



## ANEXO II

## Roteiro para entrevista com os moradores

- 1) Tu recebeu o que esperava?
- 2) De um modo geral tu está mais satisfeito com o que recebeu ou insatisfeito?
- 3) O que melhorou e o que piorou na sua vida com essa mudança?
- 4) Na tua opinião o que tu acha que podia ser feito aqui pra melhorar?



## ANEXO III

## Roteiro para entrevista com a síndica do condomínio

- 1) A senhora recebeu o que esperava?
- 2) A senhora está mais satisfeita com o que recebeu ou insatisfeita?
- 3) O que melhorou e o que piorou devido a tua mudança?
- 4) Na tua opinião, o que poderia ser feito para melhorar as situações atuais dos moradores do PAC?
- 5) E o teu trabalho enquanto síndica, como tu avalia isso?
- 6) A entrada desse animais aqui no condomínio não foi orientada? (esta pergunta surgiu da resposta dada pela síndica durante a resposta na pergunta anterior)